

Prezados Acionistas do Banco ABC Brasil S.A.

Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, apresentamos à V.Sas., informações adicionais pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A. com data prevista para **29 de abril de 2025**.

Informamos, ainda, que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes e o resumo do Parecer do Comitê de Auditoria foram publicados no jornal Valor Econômico no dia 12 de fevereiro de 2025 e foram disponibilizados no sítio da CVM na Internet por meio do Sistema Empresas.Net, juntamente com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) no dia 11 de fevereiro de 2025.

Referidos documentos encontram-se à disposição dos Acionistas, no sítio do Banco ABC Brasil na Internet: <http://ri.abcbrasil.com.br>

Atenciosamente,

Sergio Lulia Jacob
Diretor Presidente

Ricardo Miguel de Moura
Diretor de Relações com Investidores

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
ORIENTAÇÕES ADICIONAIS PARA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO.....	6
COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	7
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	56
ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – ITENS 7.3 A 7.6 - FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	61
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	70



BANCO ABC BRASIL S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 28.195.667/0001-06

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Na forma do disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A., como segue:

DATA E HORÁRIO:

29 de abril de 2025, às 12h.

LOCAL:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital via sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme abaixo detalhado.

ORDEM DO DIA:

I - Assembleia Geral Ordinária:

- a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2024;
- b) Destinar o lucro do exercício de 2024;
- c) Definir o número de membros do Conselho de Administração; e
- d) Substituição de membros do Conselho de Administração e eleição de novo membro.

II - Assembleia Geral Extraordinária:

Examinar proposta do Conselho de Administração sobre:

- a) Fixar a remuneração global dos Administradores, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- (i) Nos termos do artigo 28, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, desde que depositem os documentos necessários para verificação da representação na sede da Companhia em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.
- (ii) Nos termos do artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, a Companhia considera mais adequado realizar as Assembleias ora convocadas de forma exclusivamente digital. Esse formato permite maior participação dos acionistas, pois possibilita a presença de acionistas de qualquer local do Brasil e do exterior, além de reduzir os custos tanto para os acionistas participarem quanto para a realização do evento.
- (iii) Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, somente poderão tomar parte e votar na Assembleia os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome em até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral.
- (iv) Os acionistas devem provar a sua qualidade como tal, apresentando na sede da Companhia documento de identidade e comprovante expedido pela instituição custodiante (Itaú Unibanco S.A.) até o início da Assembleia.
- (v) Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 17 do Estatuto Social, os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão, ainda, ser representados conforme seus atos constitutivos, devendo o mandato ser depositado na sede da Companhia, preferencialmente 24 (vinte e quatro) horas antes do início da Assembleia.
- (vi) Os acionistas detentores de ações preferenciais não possuem direito a voto nas matérias que serão deliberadas na Assembleia, no entanto, poderão manifestar sua intenção em:
 - (a) instalar o Conselho Fiscal; e
 - (b) eleger um membro do Conselho Fiscal em votação em separado. Nos termos do art. 161, §2º, da Lei nº 6.404/76, e da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo necessário para instalar o Conselho Fiscal é de 1% de ações preferenciais.
- (vii) As manifestações de que trata o item “vi”, “a” e “b, acima poderão ser feitas através de votação a distância, conforme instruções do Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia.

Os documentos referentes às matérias que serão deliberadas em Assembleia, bem como as informações exigidas pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas na Sede da Companhia e disponibilizados no site <http://ri.abcbrasil.com.br> e nos sites da CVM e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Anis Chacur Neto
Vice-Presidente do Conselho de Administração

ORIENTAÇÕES ADICIONAIS PARA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO

Informamos que o Banco ABC Brasil disponibilizará acesso à plataforma digital Microsoft Teams, que possibilitará a participação remota dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29/04/2025 às 12h (“AGOE”), de modo exclusivamente digital.

Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão preferencialmente depositar na sede da Companhia todos os documentos necessários para verificação da representação em até 2 (dois) dias antes da Assembleia, ou seja, até o dia 27/04/2025.

- **Plataforma Digital:** Microsoft Teams
- **Link para acesso:** Será concedido após envio de todos os documentos necessários à verificação da representação do acionista.

Recomendamos que o acionista acesse a plataforma digital com antecedência de 20 minutos a fim de evitar eventuais problemas operacionais.

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco ABC BRASIL S.A.

2024

O ano de 2024 inicia-se sob impacto das reformas estruturais implementadas como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária. O arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos, impôs regras para limitar o crescimento das despesas públicas, buscando maior equilíbrio fiscal. Já a reforma tributária avançou com a unificação de impostos, simplificando o sistema e prometendo mais eficiência econômica. Apesar do otimismo com essas mudanças, desafios como a necessidade de ajuste fiscal e a reação do mercado às novas regras ainda geram incertezas sobre o crescimento econômico no curto prazo. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 1,6%, refletindo um cenário de cautela, influenciado por desafios internos e incertezas no ambiente internacional com as tensões geopolíticas causadas pela guerra da Ucrânia e as taxas de inflação global causando, de um modo geral, retração ou recuperação lenta da economia mundial, com destaque para desaceleração do crescimento da China e da economia global como um todo.

Mesmo nesse cenário desafiador, o ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2023, demonstrando a resiliência do modelo de negócios e refletindo o esforço que a organização tem feito do ponto de vista do crescimento de receitas com clientes ao longo dos últimos anos. O contínuo crescimento em linhas de negócios sem ou com baixa alocação de capital é representativo não apenas de uma melhor utilização de capital para o banco, como também de uma presença maior junto aos clientes, com uma maior quantidade de produtos ofertados e uma menor volatilidade de resultados ao longo do tempo. Tivemos, por fim, um crescimento da carteira de crédito próximo ao topo do Guidance esperado para o ano com todos os segmentos de clientes apresentando crescimentos de dois dígitos no comparativo anual.

Em paralelo, por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, mantivemos uma contínua busca pela captura de economias de escala, e implementação de iniciativas de ganhos de produtividade em um cenário de menor crescimento na base de colaboradores.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$971,3 milhões em 2024 (aumento de 14,1% em relação a 2023) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,7% (15,5% em 2023). Ao final de 2024, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$53,2 bilhões (crescimento de 14,6% em relação ao final de 2023), com um patrimônio líquido de R\$6,4 bilhões e índice de Basileia de 16,5%, com o Capital de Nível 1 representando 14,1%.

Em termos de estratégia de atuação, o ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos. Além disso, o banco consolidou seu novo desenho organizacional e novos modelos de atuação, por meio de um *partnership* na Recuperadora de Crédito e no Banco de Investimentos, além da contínua expansão da Corretora de Seguros e da Comercializadora de Energia.

Na linha de Receita de Serviços, o ABC Brasil teve uma receita de R\$197,6 milhões no Banco de Investimentos, sendo um ano recorde de receitas para a franquia. A linha de receitas com Corretagem de Seguros e Tarifas cresceu 16,2% em 2024 quando comparada a 2023, beneficiada, entre outros fatores, pelo aumento de prêmios emitidos e produtos ofertados. Por fim, em 2024 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$158,7 milhões, redução de 3,3% em relação a 2022.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a funding competitivo, tanto em moeda local quanto internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basileia adequado (16,5% em dezembro de 2024). Em 2024, o Banco efetuou a recapitalização dos juros sobre o capital próprio distribuídos, devido às expectativas de crescimento do volume de operações de crédito. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida em ritmo inferior ao ano anterior (entre 7% a 12% para 2024). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco pretende explorar a capacidade instalada interna produzida pelos fortes investimentos dos últimos anos.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, funding competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

2023

O ano de 2023 inicia-se com a mudança de governo no país e a perspectiva da aprovação de duas propostas essenciais: o arcabouço fiscal, com o intuito de substituir o antigo teto de gastos; e a reforma tributária, a fim de simplificar a carga de impostos. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 0,8%, em meio à desaceleração da inflação e com a expectativa da queda da taxa de juros ao longo do ano. Na primeira semana do ano, o mercado financeiro é surpreendido com a divulgação do rombo contábil de uma grande empresa varejista, ocasionando no aumento da provisão para devedores duvidosos e impacto negativo nos resultados financeiros dos bancos. No ambiente externo, a continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia; a perspectiva de aumento nas taxas de juros nos Estados Unidos e a menor atividade econômica da China seriam fatores a serem observados ao longo do ano.

Mesmo nesse cenário desafiador, o ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2022, demonstrando a resiliência do modelo de negócios e aumentando dessa forma a diversificação ao longo dos trimestres, tanto na exposição ao crédito, quanto nas fontes de receitas. Tivemos como foco o crescimento em linhas de negócios sem ou com baixa alocação de capital, como cash management, derivativos e corretagem de seguros. Este resultado foi obtido apesar de um ambiente corporativo com crescimento de mercado de crédito significativamente abaixo da média histórica, além de importantes eventos de crédito que influenciaram negativamente o mercado de renda fixa local no primeiro semestre, levando a uma revisão do *Guidance* para 2022. Tivemos, por fim, um crescimento da carteira de crédito dentro do esperado, através de uma abordagem mais prudente na concessão de crédito.

Em paralelo, por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, construímos uma infraestrutura física e de capital humano preparada para suportar nossa ambição de crescimento, visando ganhos de escala tanto de negócios já consolidados, quanto de iniciativas mais recentes.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$851,6 milhões em 2023 (aumento de 6,4% em relação a 2022) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,5% (16,2% em 2022). Ao final de 2023, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$46,4 bilhões (crescimento de 7,2% em relação ao final de 2022), com um patrimônio líquido de R\$5,9 bilhões e índice de Basileia de 14,9%, com o Capital de Nível 1 representando 12,7%.

Em termos de estratégia de atuação, o ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos. Além disso, o banco implementou um novo desenho organizacional e novos modelos de atuação, a exemplo da estruturação de um *partnership* na Recuperadora de Crédito e no Banco de Investimentos e contando com a consolidação da Corretora de Seguros e da Comercializadora de Energia.

Na linha de Receita de Serviços, o ABC Brasil teve uma receita de R\$120,4 milhões no Banco de Investimentos, com destaque para a área de Debt Capital Markets. A linha de receitas com Corretagem de Seguros e Tarifas cresceu 33,9% em 2023 quando comparada a 2022, beneficiada, entre outros fatores, pela consolidação da operação da Corretora de Seguros. Por fim, em 2023 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$162,0 milhões, redução de 3,3% em relação a 2022.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a funding competitivo, tanto em moeda local quando internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basiléia adequado (14,9% em dezembro de 2023). Em 2023, o Banco efetuou a recapitalização dos juros sobre o capital próprio distribuídos, devido às expectativas de crescimento do volume de operações de crédito. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida em ritmo superior ao ano anterior (entre 10% e 15% para 2024) e com uma nova perspectiva do ritmo de crescimento da carteira Middle (entre 15% e 25% para 2024). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco pretende explorar a capacidade instalada interna produzida pelos fortes investimentos dos últimos anos.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, funding competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

2022

O ano de 2022 inicia-se com uma recuperação das atividades econômicas em todo o mundo, devido ao avanço da vacinação de COVID-19 e à diminuição das medidas de restrição gerando assim um impacto positivo na economia brasileira. O crescimento do PIB para o ano é estimado em 2,1%, em meio às incertezas em relação à alta da inflação, a qual pode ocasionar uma redução do poder de consumo do brasileiro. No ambiente externo, temos um cenário de turbulência devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia e à perspectiva de aumento nas taxas de juros em várias economias.

Mesmo nesse cenário desafiador, o ABC Brasil entregou resultados acima dos apresentados em 2021 e conseguiu dar continuidade à sua estratégia de expansão no segmento Middle, que vem se tornando cada vez mais representativo na carteira de crédito, além da maturação de novas iniciativas e a diversificação de serviços e produtos oferecidos. O ambiente corporativo brasileiro se encontrava numa perspectiva de retomada, o que permitiu com que o Banco executasse seu plano de expansão da carteira de crédito, atingindo um crescimento dentro do indicado no Guidance para 2022.

Em paralelo aos investimentos realizados para expansão do segmento Middle, ao longo de 2022 foi observado a maturação de iniciativas que começam a trazer resultados consistentes para o Banco. Dentre elas estão a Comercializadora de Energia, a Corretora de Seguros e o ABC Link. Essas novas iniciativas seguem ganhando escala, e devem cada vez mais contribuir na geração de resultados do ABC Brasil.

O lucro líquido contábil do ABC Brasil totalizou R\$800,2 milhões em 2022 (aumento de 39,9% em relação a 2021) e o retorno contábil sobre o patrimônio líquido médio foi de 16,2% (12,8% em 2021). Ao final de 2022, o saldo da carteira de crédito expandida (incluindo empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) atingiu R\$43,3 bilhões (crescimento de 14,7% em relação ao final de 2021), com um patrimônio líquido de R\$5,2 bilhões e índice de Basileia de 15,2%, com o Capital de Nível 1 representando 13,1%.

Em termos de estratégia de atuação, o ABC Brasil manteve o foco na oferta de empréstimos, produtos estruturados, prestação de serviços financeiros e consultoria financeira para clientes corporativos. Além disso, o banco realizou o maior ciclo de investimentos de sua história, investindo consideravelmente em capital humano e tecnologia, o que permitiu que o Banco escalasse seus serviços para mais de 1.200 clientes corporativos.

Na linha de Receita de Serviços, o ABC Brasil teve novamente receita recorde de R\$145,1 milhões no Banco de Investimentos (crescimento de 35,2% contra 2021), com destaque para a área de Debt Capital Markets. A linha de receitas com Tarifas e Corretagem de Seguros cresceu 67,2% em 2022 quando comparada a 2021, beneficiada, entre outros fatores, pela maturação da operação da ABC Corretora de Seguros. Por fim, em 2022 as receitas com Garantias Prestadas foram de R\$167,5 milhões, redução de 5,6% em relação a 2021.

Para fazer frente à continuidade do crescimento de ativos, o ABC Brasil possui amplo acesso a funding competitivo, tanto em moeda local quando internacional, suportado por boas notas de rating de crédito e um índice de Basileia adequado (15,2% em dezembro de 2022). Em 2022, o Banco não recapitalizou os juros sobre o capital próprio distribuídos, devido a sua sólida posição de capital. A liquidez e a captação de recursos continuaram confortáveis ao longo do ano, com disponibilidade de recursos a preços competitivos e prazos adequados, tanto nos mercados locais como nos internacionais. O acionista controlador, Bank ABC, continua com capitalização e liquidez em níveis confortáveis, mantendo-se comprometido com seu investimento no Brasil.

Diante desse cenário, o ABC Brasil espera crescer a carteira de crédito expandida no mesmo ritmo do ano anterior (entre 12% e 16% para 2023), com a leve redução do ritmo de crescimento da carteira Middle (entre 35% e 45% em 2023). Para dar suporte ao crescimento esperado, o Banco pretende explorar a capacidade instalada interna produzida pelos fortes investimentos em 2022.

O ABC Brasil seguirá com sua postura conservadora baseada na manutenção da qualidade da carteira, em uma forte governança corporativa, funding competitivo e eficiência operacional, oferecendo soluções financeiras para empresas brasileiras e buscando capturar oportunidades que possibilitem apurar resultados consistentes e sustentáveis.

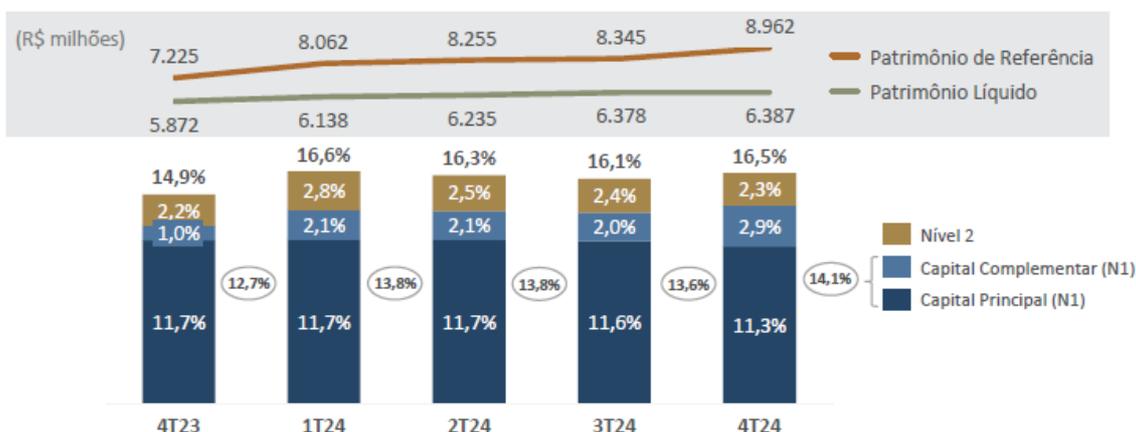
Indicadores

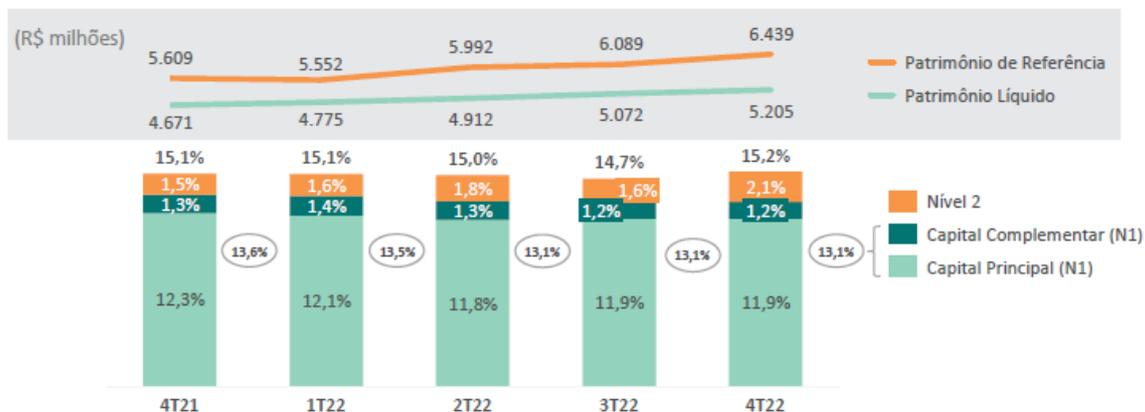
Apresentamos a seguir comentários sobre nossos principais indicadores:

i) Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia. O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.955/2021 e 4.903/2021, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.958/2021, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

Abaixo demonstramos o cálculo e a evolução do nosso Índice de Basileia:





Em Dez/24, o Índice de Basileia do Banco era 16,5%, sendo 14,1% capital de nível I e 2,3% capital de nível II. A variação desse indicador no comparativo com Dez/23 decorre: (i) da emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas (Nível 1) que passaram a compor na base de capital total do Banco; (ii) do aumento do Patrimônio Líquido; e (iii) compensado pelo aumento de 14,6% da carteira de crédito expandida no período.

Em Dez/23, o Índice de Basileia do Banco era 14,9%, sendo 12,7% capital de nível I e 2,2% capital de nível II. A variação desse indicador no comparativo com Dez/22 decorre: (i) do aumento da participação de Letras Financeiras Subordinadas (Nível 2) no capital total do Banco; (ii) do aumento do Patrimônio Líquido; e (iii) compensado pelo aumento de 7,2% da carteira de crédito expandida no período.

Em Dez/22, o Índice de Basileia do Banco era 15,2%, sendo 13,1% capital de nível I e 2,1% capital de nível II. O aumento de 0,1 p.p desse indicador no comparativo com Dez/21 decorre: (i) do aumento da participação de Letras Financeiras Subordinadas (Nível 2) no capital total do Banco; (ii) do aumento do Patrimônio Líquido; e (iii) compensado pelo aumento da carteira de crédito no período.

Ressaltamos que as operações de garantias prestadas é parte integrante do ativo ponderado pelo risco (RWA), e do cálculo do Índice de Basileia do Banco.

ii) Índice de Eficiência Operacional

O quadro abaixo apresenta o cálculo e a evolução do nosso Índice de Eficiência Operacional:

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	2024x2023	2023x2022
Índice de Eficiência (A/B)	37,9%	38,6%	38,4%	-0,7	0,2
DESPESAS (A)	(1.048,3)	(972,7)	(876,7)	7,8%	10,9%
Despesas de Pessoal	(497,4)	(447,8)	(379,0)	11,1%	18,2%
Despesas Administrativas	(272,0)	(240,1)	(221,3)	13,3%	8,5%
PLR	(278,9)	(284,8)	(276,5)	-2,1%	3,0%
RECEITAS (B)	2.766,1	2.519,9	2.283,9	9,8%	10,3%
Margem Financeira Gerencial antes da PDD	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Despesas Tributárias	(104,4)	(100,7)	(103,4)	3,7%	-2,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20,7	(8,4)	(20,0)	-345,3%	-57,9%

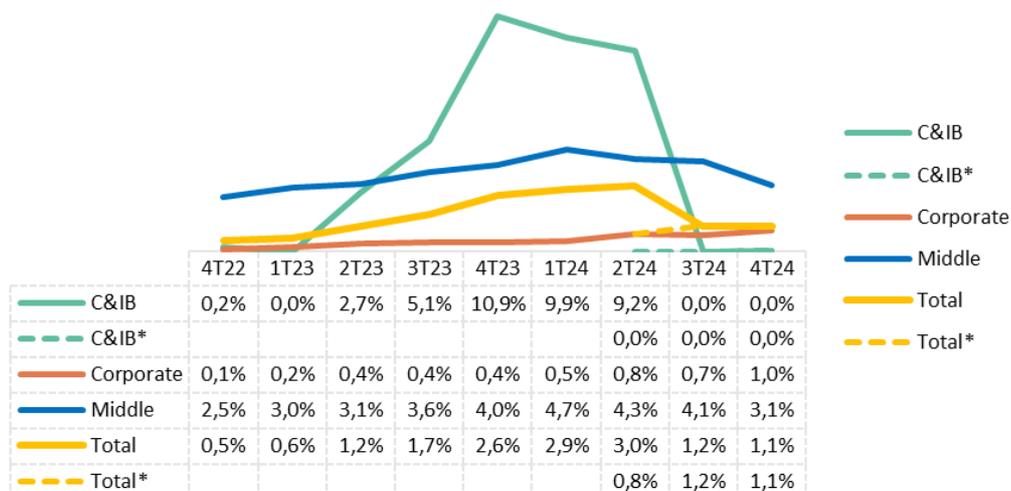
Em 2024, o Índice de Eficiência foi de 37,9%, variando -0,7 p.p em relação a 2023. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento da Margem Financeira Gerencial e da Receita de Serviços, ocasionando um crescimento das Receitas em patamar superior às Despesas.

Em 2023, o Índice de Eficiência foi de 38,6%, variando +0,2 p.p em relação a 2022. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento nas Despesas de Pessoal e Administrativas e PLR, compensado pelo crescimento das Receitas em patamar superior às Despesas.

Em 2022, o Índice de Eficiência foi de 38,4%, variando +3,4 p.p em relação a 2021. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento nas Despesas de Pessoal e Administrativas e PLR.

iii) Indicadores da Carteira de Crédito

Operações com atrasos acima de 90 dias (inclui parcelas vencidas e vincendas)
% da carteira de empréstimos



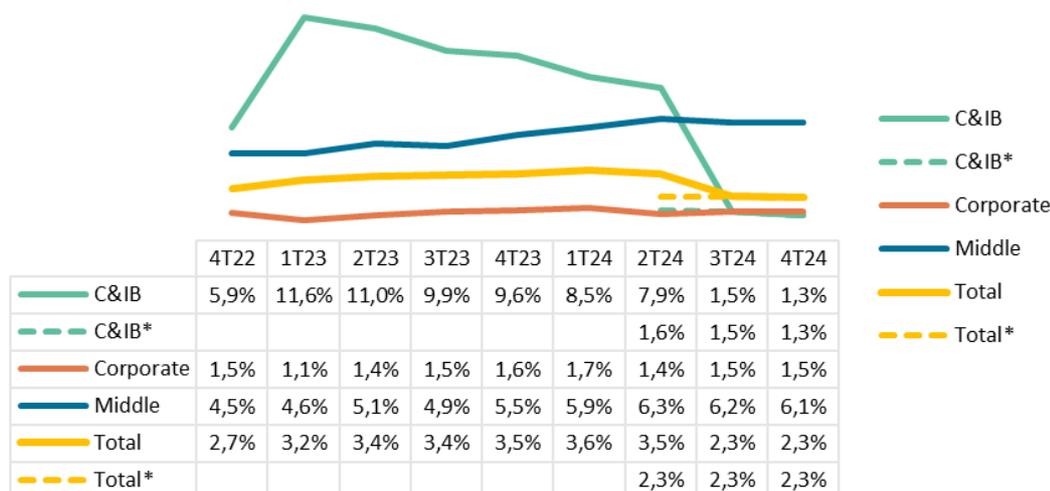
Este indicador compreende o saldo das operações com atraso superior a 90 dias, que encerrou dezembro de 2024 em 1,1% da carteira, apresentando uma queda em relação ao final do ano de 2023 (2,6%). Essa queda é justificada pela resolução de um crédito isolado do segmento C&IB que teve a finalização de sua Recuperação Judicial no 3T24 e pela diminuição ao longo do ano do índice de atraso no segmento Middle.

Este indicador compreende o saldo das operações com atraso superior a 90 dias, que encerrou dezembro de 2023 em 2,6% da carteira. Desconsiderando o efeito de um caso isolado de uma empresa no segmento CI&B, o índice atingiu 1,0% da carteira, em linha com a média histórica. Apesar do leve aumento, observamos uma resiliência da carteira em um ambiente de aumento dos índices de inadimplência no Sistema Financeiro Nacional.

Este indicador encerrou dezembro de 2022 em 0,5%, apresentando uma queda em relação ao final do ano de 2021 (1,1%). Essa queda é justificada pela diminuição do atraso nos segmentos CI&B e Corporate, apesar do aumento no segmento Middle com o mencionado índice permaneceu abaixo da média histórica.

Saldo de PDD

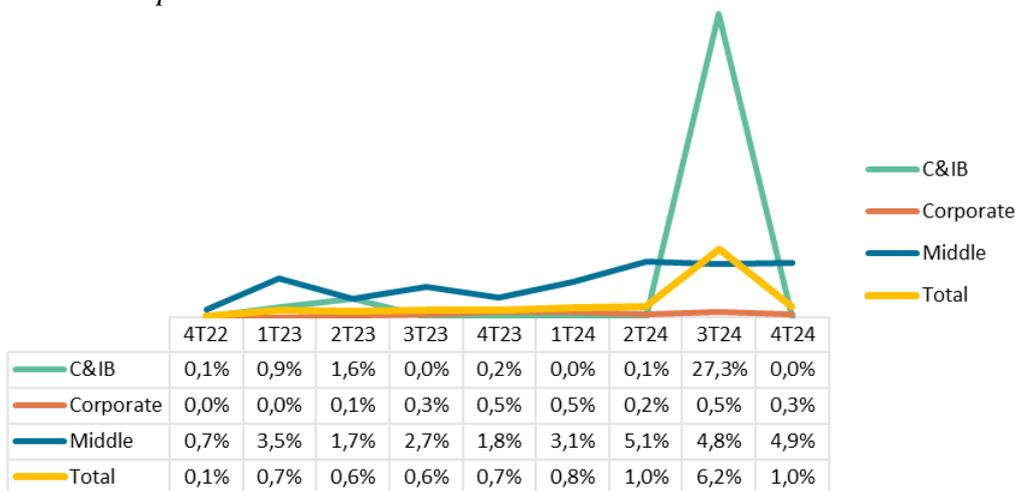
% da carteira de empréstimos



O Saldo de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) representou 2,3% da carteira de empréstimos em dezembro de 2024 (3,5% em dezembro de 2023 e 2,7% em dezembro de 2022). A maior parte dessa queda é justificada pela resolução de um crédito isolado do segmento C&IB que teve a finalização de sua Recuperação Judicial no 3T24, apesar de um incremento das provisões no segmento Middle ao longo do ano de 2024.

Créditos baixados para prejuízo

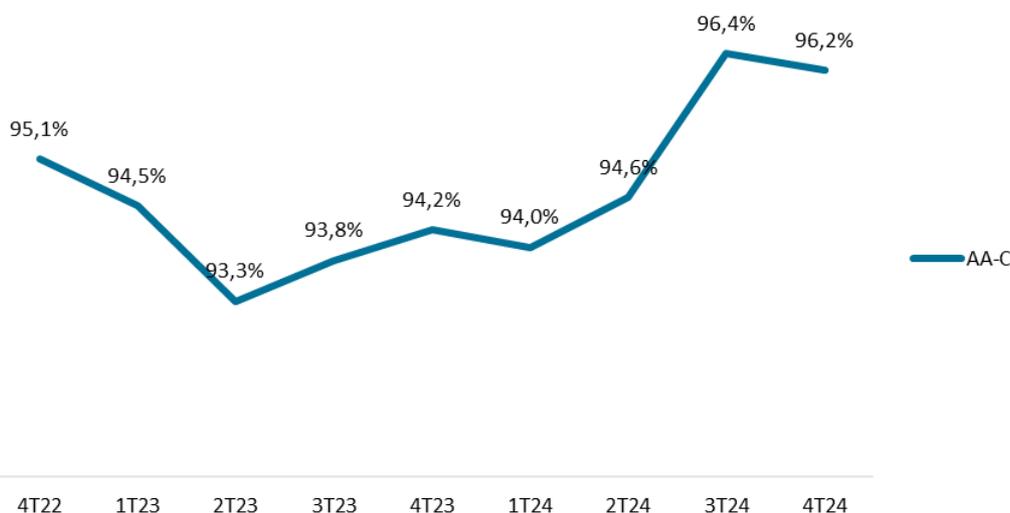
% da carteira de empréstimos



O gráfico acima apresenta os fluxos trimestrais de créditos baixados a prejuízo desde dez/2022. As variações desse indicador refletem o comportamento da inadimplência e o processo de provisionamento, de acordo com a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil. Nota-se uma variação considerável no 3T24 decorrente da finalização da Recuperação Judicial de um crédito isolado do segmento C&IB.

Operações classificadas entre AA e C – Resolução 2.682 do Banco Central

% da carteira de empréstimos



As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco entre AA (melhor indicador) e H (pior indicador), seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, o histórico de relacionamento e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, de acordo com a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

Usualmente as instituições financeiras realizam operações de crédito somente com clientes que tenham uma classificação inicial de crédito entre AA e C, de modo que, caso um cliente venha a ser classificado com rating D ou inferior, isso significa que ele teve sua classificação de risco rebaixada pela instituição financeira. Assim, o percentual das operações classificadas entre AA e C é utilizado por analistas de mercado como um indicador da qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras.

Em 2024, esse indicador se manteve em patamar inferior à média histórica até o 2T24 devido a um evento isolado em um cliente do segmento CI&B, sendo que no 3T24, após a finalização da Recuperação Judicial desse crédito do segmento C&IB, o indicador voltou a se manter em um patamar elevado até o final do ano, encerrando 2024 com 96,2% das operações classificadas entre AA e C (contra 94,2% em dezembro de 2023).

Em 2023, esse indicador foi impactado devido a um evento isolado em um cliente do segmento CI&B, visto que a totalidade de seus créditos foram reclassificados no segundo trimestre para G (devido ao provisionamento de 70%), contribuindo para esse indicador encerrar dezembro de 2023 com 94,2% das operações classificadas entre AA e C.

Em 2022, esse indicador se manteve em patamares elevados e apresentou tendência de alta até quase o final do ano, quando um evento isolado em um cliente do segmento CI&B fez com que seus créditos fossem reclassificados de AA para E, contribuindo para esse indicador encerrar dezembro de 2022 com 95,1% das operações classificadas entre AA e C.

b) Estrutura de capital

(R\$ mil)	Dez/24	% em relação ao passivo total	Dez/23	% em relação ao passivo total	Dez/22	% em relação ao passivo total
Passivo Total (a)	73.585.977	100,0%	60.632.612	100,0%	57.408.884	100,0%
Capital Próprio (b)	6.411.114	8,7%	5.885.371	9,7%	5.207.403	9,1%
Capital de Terceiros (a) - (b)	67.174.863	91,3%	54.747.241	90,3%	52.201.481	90,9%

O ABC Brasil entende que a atual estrutura de capital é adequada para o seu plano de negócios. A representatividade do capital de terceiros para o financiamento das operações é normal para uma companhia cuja atuação principal é a intermediação financeira.

A tabela a seguir demonstra a distribuição do capital próprio do Banco em número de ações:

Número de Ações (Unidades)	dez/24	dez/23	dez/22
ON	122.961.704	119.010.510	113.445.475
PN	117.334.193	113.539.858	107.407.332
Subtotal	240.295.897	232.550.368	220.852.807
Ações em Tesouraria (PN)	4.360.960	4.385.728	5.237.311
Total	244.656.857	236.936.096	226.090.118

Em dezembro de 2024, o Capital Social total do ABC Brasil era de R\$5,7 bilhões, composto por 244.656.857 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.961.704 ações ordinárias e 121.695.153 ações preferenciais. O aumento na quantidade de ações ocorreu mediante a emissão de novas ações devido ao processo de recapitalização de dividendos. O aumento no Capital Social ocorreu mediante a incorporação de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos”, no valor de R\$1,1 bilhão, em julho de 2024.

Em dezembro de 2023, o Capital Social total do ABC Brasil era de R\$4,4 bilhões, composto por 236.936.096 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 119.010.510 ações ordinárias e 117.925.586 ações preferenciais. O aumento na quantidade de ações ocorreu mediante a emissão de novas ações devido ao processo de recapitalização de dividendos.

Em dezembro de 2022, o Capital Social total do ABC Brasil era de R\$4,3 bilhões, composto por 226.090.118 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 113.445.475 ações ordinárias e 112.644.954 ações preferenciais.

As tabelas abaixo demonstram a composição acionária do Banco em 2024, 2023 e 2022:

Número de Ações (Unidades)	Dez/24					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	122.961.464	100,0%	30.122.403	24,8%	153.083.867	62,6%
Outros	240	0,0%	87.211.790	71,7%	87.212.030	35,6%
Tesouraria	0	0,0%	4.360.960	3,6%	4.360.960	1,8%
Total	122.961.704	100,0%	121.695.153	100,0%	244.656.857	100,0%

Número de Ações (Unidades)	Dez/23					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	119.010.270	100,0%	28.907.187	24,5%	147.917.457	62,4%
Outros	240	0,0%	84.632.671	71,8%	84.632.911	35,7%
Tesouraria	0	0,0%	4.385.728	3,7%	4.385.728	1,9%
Total	119.010.510	100,0%	117.925.586	100,0%	236.936.096	100,0%

Número de Ações (Unidades)	Dez/22					
	ON	(%)	PN	(%)	Total	(%)
Controlador	113.445.235	100,0%	27.140.382	24,1%	140.585.617	62,2%
Outros	240	0,0%	80.266.950	71,3%	80.267.190	35,5%
Tesouraria	0	0,0%	5.237.311	4,6%	5.237.311	2,3%
Total	113.445.475	100,0%	112.644.643	100,0%	226.090.118	100,0%

i. Hipótese de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há fórmula de cálculo do valor de resgate, uma vez que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

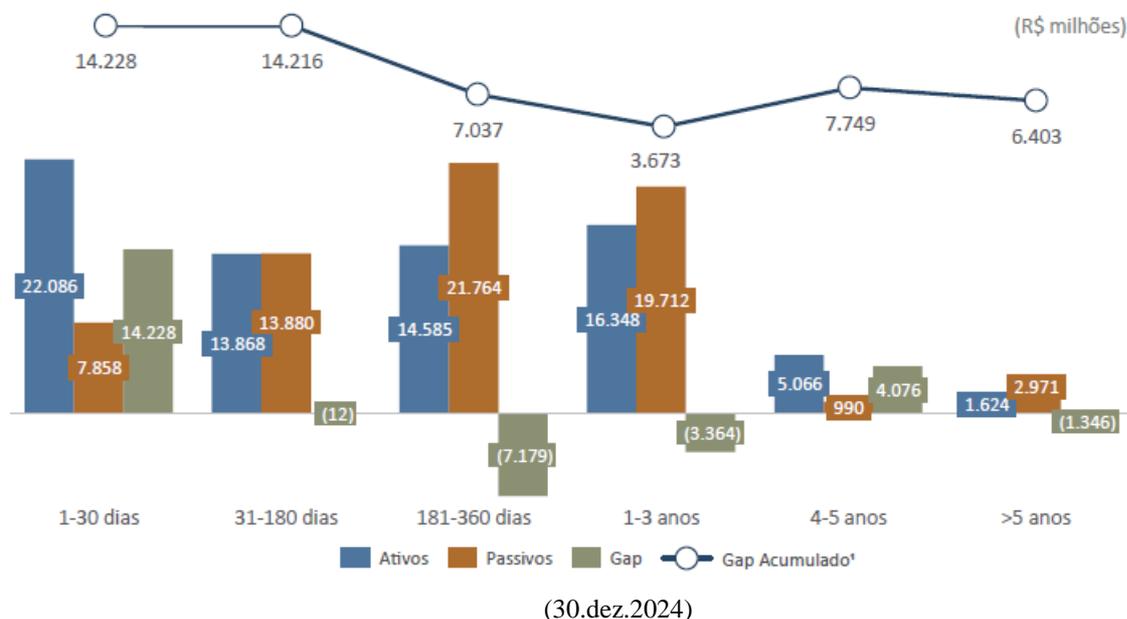
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Política de Gestão de Ativos e Passivos

A política de gestão de ativos e passivos do ABC Brasil visa garantir que sua posição de capital esteja de acordo com as normas e diretrizes regulamentares aplicáveis. Particularmente, a política visa evitar descasamentos significativos entre ativos e passivos, otimizar a relação risco/retorno e assegurar que a disponibilidade de liquidez seja suficiente para honrar saques de depósitos, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidades de capital de giro.

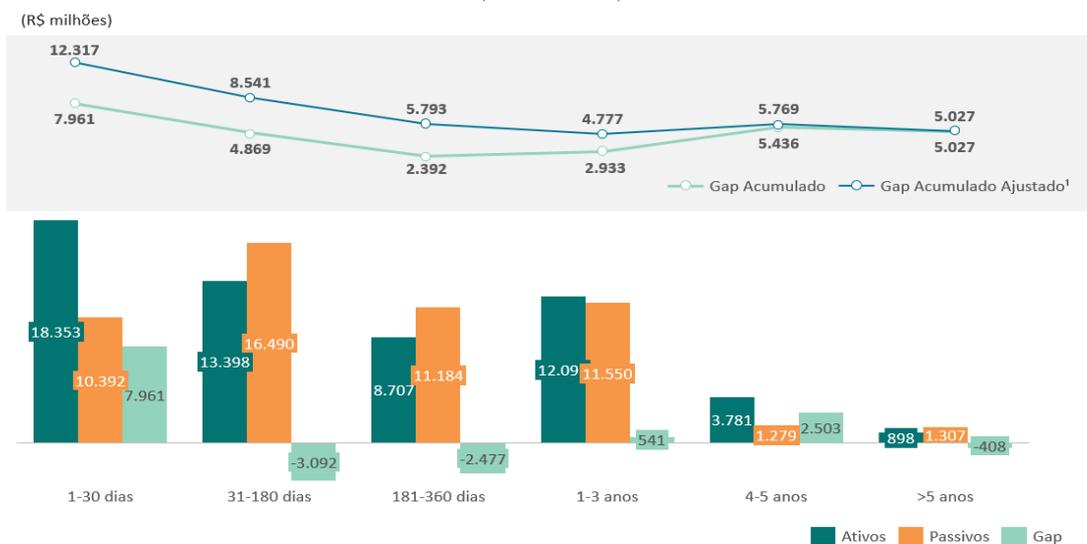
A tesouraria do Banco é responsável pela diversificação das fontes de captação de recursos, gestão de disponibilidades, controle de vencimentos, taxas de juros e moedas, e segue as políticas definidas pelo Comitê Financeiro (composto pelo Comitê Executivo, Diretor responsável pela área de Risco, Diretor responsável pela área de Planejamento e Diretor responsável pela área de Gerenciamento de Ativos e Passivos), que se reúne semanalmente para deliberar sobre tais políticas e avaliar sua implementação. Na tesouraria, a área de gestão de ativos e passivos mantém um equilíbrio adequado de distribuições de vencimento e diversificação de fontes de recursos financeiros. Com base nos níveis de recursos e na capacidade de obter acesso a recursos financeiros, a liquidez total do Banco é suficiente para cumprir as obrigações atuais junto aos clientes e detentores de títulos de dívida do Banco, bem como suportar possíveis futuras mudanças nos níveis de ativos e passivos e necessidades para capital de giro.

O gráfico abaixo contém a distribuição de ativos e passivos do Banco por prazo, ao final de 2024, 2023 e 2022:





(30.dez.2023)



¹Considera como títulos de liquidez de 1-30 dias os títulos públicos federais, pois são passíveis de conversão em caixa através de operações compromissadas ou venda no mercado secundário.

(31.dez.2022)

Liquidez

A política do Banco é manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras e o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Procuramos garantir acesso contínuo a fontes diversificadas de financiamentos a custos eficientes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O financiamento do capital de giro e dos ativos circulantes e não-circulantes do Banco é feito através de seu capital próprio, conforme descrito no item 2.1.b, e das captações de recursos realizadas junto a terceiros, também descritas no item 2.1.f, e nas demonstrações financeiras, que incluem emissões de certificados de depósitos bancários, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras financeiras, obrigações por empréstimos, obrigações por repasses e títulos emitidos no exterior.

O Banco tem acesso a diversificadas fontes de financiamento locais e externas, junto a diferentes categorias de investidores (empresas, fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, órgãos multilaterais, etc). A decisão de utilizar uma ou outra fonte de financiamento leva em consideração a demanda dos clientes e as características das linhas (taxas, prazos, indexadores, etc).

Historicamente, o Banco tem diversificado suas fontes de financiamento, o que tem sido adequado ao controle de liquidez, pois proporciona a possibilidade de manter um saldo de caixa elevado, conforme explicado anteriormente, e que se mostrou eficiente em períodos de crise de liquidez. Adicionalmente, o Banco tem mantido índices de liquidez significativamente superior aos limites estabelecidos como mínimos, e tendo como um dos principais pontos de sua política de captação de recursos o alongamento dos prazos, além dos esforços em manter o mesmo nível relativo de custos praticado atualmente.

Segue abaixo um detalhamento das fontes de financiamento do Banco ao final dos anos 2024, 2023 e 2022:

Depósitos

	Dezembro de 2024					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	643.924	2.842.619	6.843.709	1.837.177	24.973	12.192.402
À vista	643.924	-	-	-	-	643.924
Interfinanceiros	-	14.118	184.380	27.512	-	226.010
A prazo	-	2.828.501	6.659.329	1.809.665	24.973	11.322.468
Captações no mercado aberto	-	73.252	545.181	925.043	465.258	2.008.734

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2023					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	704.384	3.952.780	4.928.159	973.093	665	10.559.081
À vista	704.384	-	-	-	-	704.384
Interfinanceiros	-	32.492	487.591	13.213	-	533.296
A prazo	-	3.920.288	4.440.568	959.880	665	9.321.401
Captações no mercado aberto	-	1.712.389	-	-	-	1.712.389

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	345.157	3.589.586	5.090.466	1.290.787	64.572	10.380.568
À vista	345.157	-	-	-	-	345.157
Interfinanceiros	-	24.512	442.776	37.352	-	504.640
A prazo	-	3.565.074	4.647.690	1.253.435	64.572	9.530.771
Captações no mercado aberto	-	1.519.555	-	-	-	1.519.555

(Valores em R\$ mil)

Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Dezembro de 2024					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Recursos de aceites e emissão de	-	2.748.277	9.901.136	10.357.954	142.529	23.149.896
Letras de crédito imobiliário	-	229.692	797.394	444.802	-	1.471.888
Letras de crédito do agronegócio	-	701.949	2.639.910	2.001.661	69.370	5.412.890
Letras financeiras	-	1.816.636	6.463.832	7.911.491	73.159	16.265.118
Certificados de operações estruturadas	-	-	-	-	-	-

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2023					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	2.281.694	6.186.560	11.120.522	216.467	19.805.243
Letras de crédito imobiliário	-	480.631	478.403	956.715	21.153	1.936.902
Letras de crédito do agronegócio	-	690.505	1.932.787	1.048.876	17.551	3.689.719
Letras financeiras	-	1.110.415	3.772.607	9.114.931	177.763	14.175.716
Certificados de operações estruturadas	-	143	2.763	-	-	2.906

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	3.413.091	5.907.935	7.756.468	274.204	17.351.698
Letras de crédito imobiliário	-	355.174	538.407	146.695	1.859	1.042.135
Letras de crédito do agronegócio	-	1.678.329	2.763.978	869.123	3.713	5.315.143
Letras financeiras	-	1.379.483	2.605.328	6.737.771	268.632	10.991.214
Certificados de operações estruturadas	-	105	222	2.879	-	3.206

(Valores em R\$ mil)

Obrigações por Empréstimos

	Dezembro de 2024					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e	-	1.650.204	5.612.543	4.824.407	655.762	12.742.916
Obrigações por empréstimos – exterior	-	1.352.334	4.299.108	3.287.528	22	8.938.992
Repasses no país – BNDES	-	20.020	154.597	338.158	159.276	672.051
Repasse no país - FINAME	-	151.625	521.088	562.505	165.136	1.400.354
Repasse no país - FINEP	-	-	144	1.788	55.129	57.061
Repasse no país – outras Instituições	-	91.482	216.539	14.185	-	322.206
Obrigações por repasses – exterior	-	34.743	421.067	620.243	276.199	1.352.252

(Valores em R\$ mil)

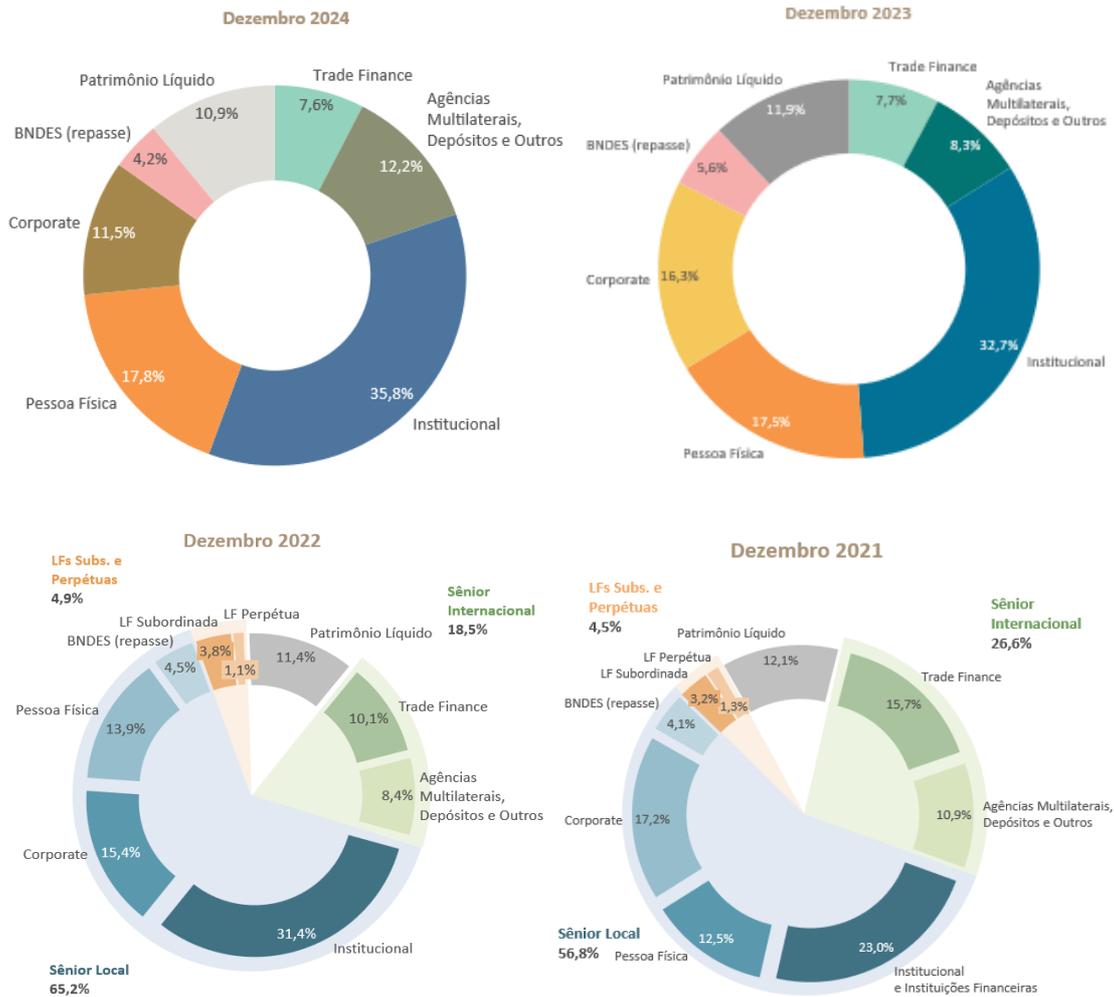
	Dezembro de 2023					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	-	4.076.193	4.805.751	791.480	856.520	10.529.944
Obrigações por empréstimos – exterior	-	3.173.831	3.450.820	1.260	21	6.625.932
Repasses no país – BNDES	-	20.326	62.113	123.507	147.257	353.203
Repasses no país - FINAME	-	702.641	719.927	545.250	126.488	2.094.306
Repasses no país – outras Instituições	-	72.437	204.486	13.151	-	290.074
Obrigações por repasses – exterior (Nota 12.b)	-	106.958	368.405	108.312	582.754	1.166.429

(Valores em R\$ mil)

	Dezembro de 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos e repasses	-	3.879.922	4.637.757	907.694	1.049.367	10.474.740
Obrigações por empréstimos – exterior	-	3.628.612	3.100.063	62.853	-	6.791.528
Repasses no país – BNDES	-	99.593	153.042	135.357	205.267	593.259
Repasses no país – FINAME	-	50.848	326.772	573.529	169.541	1.120.690
Repasses no país – outras instituições	-	100.869	198.753	19.894	-	319.516
Obrigações por repasses – exterior (Nota 12.b)	-	-	859.127	116.061	674.559	1.649.747

(Valores em R\$ mil)

Representatividade das fontes de financiamento de terceiros



e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Fontes Adicionais de Captação

O Banco possui um Plano de Contingência de Liquidez (PCL) aprovado pelo Conselho de Administração. As ações a serem tomadas em uma eventual situação de crise de liquidez não são restritas à gestão de ativos e passivos, mas também incluem controles, informações e comunicação.

O foco do PCL são problemas de baixa probabilidade e alto impacto.

A intensidade de uma crise deve ser avaliada regularmente, já que problemas inicialmente amenos podem tornar-se muito sérios relativamente rápido. Por isso, o PCL leva em conta tanto o estágio quanto a intensidade da crise. Eventualmente o cenário usado deve ser novamente selecionado para adequar-se às condições de liquidez do mercado.

Utilizamos um cenário de crise sistêmica e um específico da instituição financeira (idiossincrático). Outros cenários alternativos podem ser criados, como, por exemplo, a interrupção dos sistemas de pagamento.

Seguem algumas das principais medidas a serem tomadas em casos de crises de liquidez:

- Vender ativos líquidos;
- Securitizar ativos ilíquidos;
- Solicitar e acessar linhas de crédito disponíveis com terceiros;
- Emitir DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial);
- Contratar fianças e liberar margem BM&F de títulos públicos e outros ativos líquidos;
- Negociar pré-pagamento de ativos;
- Solicitar e acessar a liquidez disponível junto ao controlador;
- Vender carteira de crédito e outros recebíveis para outras instituições financeiras;
- Ajustar a taxa para aumentar depósitos;
- Criar plano de retenção de depósitos;
- Criar plano para lidar com resgates antecipados;
- Reduzir seletivamente o crescimento de ativos.

Essas medidas não precisam ser tomadas necessariamente na ordem em que foram listadas acima, e estarão sujeitas às condições de mercado no momento em que forem tomadas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Como a principal atividade do ABC Brasil é a intermediação financeira, suas dívidas são compostas pelo seu passivo circulante e exigível a longo prazo, conforme sumarizado na tabela abaixo:

PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (R\$ mil)	Dez/24	% do Total	Dez/23	% do Total	Dez/22	% do Total
Depósitos	11.333.950	16,9%	10.472.468	19,1%	10.354.303	19,8%
Captações no Mercado Aberto	1.957.701	2,9%	1.683.322	3,1%	1.448.963	2,8%
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	23.149.896	34,5%	19.805.243	36,2%	17.351.698	33,2%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.022.797	20,9%	10.633.277	19,4%	10.474.740	20,1%
Dívidas Subordinadas	3.623.636	5,4%	2.517.389	4,6%	2.247.416	4,3%
Outras Obrigações	13.086.883	19,5%	9.635.542	17,6%	10.324.361	19,8%
TOTAL	67.174.863	100,0%	54.747.241	100,0%	52.201.481	100,0%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com instituições financeiras que julgemos ser relevantes para o ABC Brasil.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

**Dívidas subordinadas
2024, 2023 e 2022**

Em dezembro de 2024, o ABC Brasil possuía saldo de R\$2.055.969 mil referente às captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação.

O saldo referente a captações com letras financeiras subordinadas perpétuas era de R\$1.567.667 mil em dezembro de 2024, sendo que houve novas emissões ao longo do ano de 2024.

A composição do saldo das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 ficou assim demonstrada:

	Banco e Consolidado		
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Dívida subordinada	3.623.636	2.517.389	2.247.416
Letras financeiras	2.055.969	2.014.932	1.742.379
Letras financeiras Perpétuas	1.567.667	502.457	505.037

Na ocorrência das hipóteses de liquidação extrajudicial ou de decretação de falência do Banco, a lei atribui uma ordem de prioridade de pagamento entre as diversas classes de credores da massa. Exclusivamente no tocante às dívidas integrantes do endividamento do Banco, a seguinte ordem deve ser obedecida: (i) dívidas com garantia real, até o limite do valor do bem gravado; (ii) dívidas quirografárias; e (iii) dívidas subordinadas. Uma vez habilitados os créditos e definida sua classificação, uma classe só terá acesso ao resultado da liquidação do ativo do Banco, desde que existam créditos não pagos nas classes precedentes.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

As dívidas de longo prazo contraídas pelo ABC Brasil preveem a antecipação do seu vencimento, quando da ocorrência de determinados eventos. Até 30 de dezembro de 2024 não houve descumprimento de obrigações financeiras e não financeiras assumidas pelo Banco sob os instrumentos que formalizam as dívidas por ele contraídas.

Com o objetivo de otimizar a estrutura de capital, durante o período de 2024, o Banco iniciou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, elegíveis a compor o Patrimônio de Referência após aprovação do Banco Central do Brasil. O saldo das emissões ao final do ano de 2024 era de R\$1.567.667mil.

O Banco emitiu, em 8 de abril de 2010, notas subordinadas designadas “7.875% Subordinated Notes due 2020” (Notas Subordinadas com vencimento em 2020), no valor de US\$300.000.000,00, e em setembro de 2012, houve uma reabertura desta emissão em que foram emitidas notas adicionais no valor de US\$100.000.000,00. Em 8 de abril de 2020, a dívida subordinada decorrente das captações no exterior, foi integralmente liquidada conforme termos contratuais.

De acordo com os documentos que formalizaram as notas subordinadas, o Banco obrigou-se a não realizar qualquer operação de incorporação, fusão e/ou cisão e a não alienar seus bens e/ou a transferir suas obrigações a terceiros, salvo se houver o prévio consentimento dos titulares das referidas notas e/ou se a entidade que receber tais ativos ou que suceder o Banco se comprometa a cumprir com todas as obrigações, inclusive as de pagamento de principal e juros, decorrentes de todas as aludidas notas.

Adicionalmente, o ABC Brasil instituiu, em janeiro de 2011, um programa para emissão e distribuição de notas designado “Banco ABC Brasil S.A. US\$3.000.000.000,00 Global Medium Term Note Programme”.

De acordo com os documentos do programa citado no parágrafo acima, o Banco e suas controladas obrigaram-se a não conceder garantias sobre seus bens para garantir dívidas contraídas pelo Banco, por suas controladas e/ou por terceiros, exceto se tais garantias forem constituídas e/ou compartilhadas em garantia das notas e em alguns casos específicos, expressamente previstos nos documentos das notas.

Segue abaixo uma relação de *covenants* financeiros assumidos pelo ABC Brasil constantes do instrumento “*IFC Global Trade Finance Program: Guarantee Facility*”, datado de 16 de julho de 2009: (i) não criar ou permitir a criação de quaisquer garantias sobre seus bens e receitas, a exceção de casos específicos previstos no referido instrumento; (ii) não alienar e/ou transferir quaisquer de suas propriedades e/ou bens que exceder 20% do total do seu ativo; e (iii) não realizar qualquer fusão, cisão ou incorporação. Esta captação foi integralmente liquidada no mês de dezembro de 2020.

Segue abaixo uma relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco junto ao IDB Invest constantes do instrumento “*TFFP - TRADE FINANCE FACILITATION PROGRAM*”, datado de 01 de setembro de 2020:

- (i) Índice de Basiléia não inferior a 11,50%;
- (ii) Índice Nível I não inferior a 8,50%;
- (iii) Gap de Liquidez não inferior a 0;
- (iv) Índice de Cobertura de Liquidez não inferior a 125%;
- (v) Índice de Exposição Cambial não superior a 15%;
- (vi) Índice de Exposição de Grupo Econômico não superior a 25%; e
- (vii) Índice de Exposição de Crédito em Aberto sobre Patrimônio de Referência
 - não superior a 20% (vinte por cento) até 31 de dezembro de 2021 e
 - não superior a 15% (quinze por cento) após 31 de dezembro de 2021.

Segue a relação de *covenants* financeiros assumidos pelo ABC Brasil no instrumento referido no parágrafo acima, e o nível de cada indicador em dezembro de 2024:

- a) Manter a taxa de capital disponível em relação aos ativos ponderados por risco não inferior a onze inteiros e cinquenta centésimo por cento (11,50%) =>16,48%;
- b) Manter a taxa do Índice Nível I em relação aos ativos ponderados não inferior a oito inteiros e cinquenta centésimo por cento (8,50%) =>14,14%;
- c) Manter o Gap de Liquidez, ativos e os compromissos extrapatrimoniais com vencimento em 90 (noventa) dias (incluindo os Ativos Líquidos) em relação aos passivos e os passivos extrapatrimoniais com vencimento dentro de 90 (noventa) dias (incluindo Dívida de Curto Prazo) não inferior a zero (0) => R\$12.383,2 milhões;

- d) Manter a taxa do Índice de Cobertura de Liquidez - LCR não inferior a cento e vinte e cinco por cento (125%) => 236%;
- e) Manter a taxa do índice de exposição cambial em relação ao Patrimônio de Referência não superior a quinze por cento (15%) => 2,12%;
- f) Manter a taxa de exposição a um único grupo econômico em relação ao Patrimônio de Referência não superior a vinte e cinco por cento (25%) => 10,76%;
- g) Manter a taxa de exposição a créditos problemáticos menos provisionamento para devedores de liquidação duvidosa sobre o Patrimônio de Referência não superior a vinte por cento (20%) até 31 de dezembro de 2021 e não superior a quinze por cento (15%) após 31 de dezembro de 2021 => 2,65%;
- h) Caso a regulação bancária do país onde o Banco é incorporado estabeleça requerimentos financeiros ou taxas mais restritivas do que as listadas acima, o Banco deverá observar e estar em conformidade com esses requerimentos mais restritivos.

Por fim, segue a relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco junto à Proparco - Filial da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) em instrumento datado em 15/01/2021 e o nível de cada indicador em dezembro de 2024:

- a) Índice de Adequação de Capital
Manter o Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados por risco não inferior a onze por cento (11,00%) => 16,48%;
- b) Índice de Exposição a Créditos Problemáticos
Manter a exposição a créditos problemáticos em relação ao Patrimônio de Referência não superior a vinte e cinco por cento (25%) => -1,97%;
- c) Índice de Grandes Exposições Agregadas
Manter a exposição a um único grupo econômico em relação ao Patrimônio de Referência não superior quatrocentos por cento (400%) => 0,00%;
- d) Índice de Empréstimos a Partes Relacionadas
Manter os empréstimos a partes relacionadas em relação ao Patrimônio de Referência não superior a vinte por cento (20%) => 0,06%;
- e) Índice de Cobertura de Liquidez
Manter a Cobertura de Liquidez (LCR) acima de cem por cento (100%) => 236%;

f) Índice de Exposição a Posições Abertas

Manter a exposição a posições abertas em moeda estrangeira não garantidas em relação ao Patrimônio de Referência não superior a trinta por cento (30%) => 2,12%;

Em 30 de dezembro de 2024 os níveis de todos os indicadores constantes na relação de *covenants* financeiros assumidos pelo Banco estavam dentro dos limites acordados.

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, em dezembro de 2024, o Banco possuía os seguintes limites e indicadores: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade (o Banco possuía Patrimônio de Referência de R\$8.961,6 milhões); (ii) de imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente (o imobilizado do Banco representava 3,16% do valor do Patrimônio de Referência); (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente (o maior cliente do Banco possuía exposição de 10,76% do Patrimônio de Referência); e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento (o banco possuía Índice de Basileia de 16,48% e Patrimônio Líquido de R\$6.411,1 milhões).

As normas também vedam às instituições financeiras a práticas de determinadas operações, com destaque para: (i) a concessão de empréstimos ou adiantamentos a empresas ligadas, administradores e parentes; e (ii) a aquisição de imóveis não destinados a uso próprio.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é limitada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 10,5% e Capital Principal de no mínimo 8,0% (o Índice de Basileia do Banco ao final de dezembro de 2024 era de 16,48%). Além disso, há restrições a concentração de risco, de forma que ao final do ano de 2024 o valor limite para utilização dos financiamentos obtidos em operação de crédito a qualquer pessoa ou conjunto de pessoas agindo isoladamente ou em interesse comum era de R\$2.240,4 milhões (25% do Patrimônio de Referência de R\$8.961,6 milhões).

Ao final do ano de 2024, as dívidas com captações conforme descrito no item 2.1.d somavam o total de R\$54.088 milhões (R\$45.112 milhões ao final de 2023 e R\$41.887 milhões ao final de 2022), e financiavam uma carteira contábil de empréstimos de R\$22.761 milhões (R\$23.922 milhões ao final de 2023 e R\$25.433 milhões ao final de 2022) e uma carteira de títulos privados de R\$15.607 milhões (R\$10.224 milhões ao final de 2023 e R\$6.025 milhões ao final de 2022).

Em termos percentuais, 70,9% das dívidas descritas no item 2.1.d eram usadas para financiar as carteiras de empréstimos e títulos privados, supracitadas, ao final do ano de 2024 (75,7% ao final de 2023 e 75,1% ao final de 2022).

Restrições à Concentração de Risco

A legislação brasileira proíbe as instituições financeiras de concentrarem riscos em apenas uma pessoa ou grupo de pessoas relacionadas. A legislação também proíbe que uma instituição financeira conceda crédito a qualquer pessoa ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em conjunto, representando interesse comum, em valor total, igual ou superior, a 25,0% do Patrimônio de Referência da instituição financeira. Essa limitação se aplica a quaisquer operações que impliquem concessão de crédito, incluindo as que envolvam:

- empréstimos e adiantamentos;
- garantias; e
- subscrição, compra e renegociação de valores mobiliários.

Restrições a Investimentos

As instituições financeiras não podem:

- Deter, em bases consolidadas, ativos permanentes que excedam 50,0% de seu Patrimônio de Referência;
- Deter imóveis, exceto imóveis para seus próprios escritórios e filiais; ou
- Adquirir participações, direta ou indireta, no capital de quaisquer sociedades sediadas no país ou no exterior sem a prévia aprovação do Banco Central.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

ATIVO (R\$ mil)	Dez/24	% do Total	Dez/23	% do Total	Dez/22	% do Total	Dez/24 x Dez/23	Dez/23 x Dez/22
Disponibilidades	540.043	0,7%	647.009	1,1%	329.879	0,6%	-16,5%	96,1%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.062.533	8,2%	5.092.910	8,4%	6.149.351	10,7%	19,0%	-17,2%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	31.698.758	43,1%	21.935.838	36,2%	15.959.053	27,8%	44,5%	37,5%
Relações Interfinanceiras	751.266	1,0%	608.284	1,0%	293.766	0,5%	0,0%	0,0%
Operações de Crédito	22.227.242	30,2%	23.062.276	38,0%	24.739.609	43,1%	-3,6%	-6,8%
Outros Créditos	11.828.740	16,1%	8.881.876	14,6%	9.581.016	16,7%	33,2%	-7,3%
Outros Valores e Bens	194.268	0,3%	156.112	0,3%	176.253	0,3%	24,4%	-11,4%
Permanente	283.127	0,4%	248.307	0,4%	179.917	0,3%	14,0%	38,0%
TOTAL DO ATIVO	73.585.977	100,0%	60.632.612	100,0%	57.408.844	100,0%	21,4%	5,6%

PASSIVO (R\$ mil)	Dez/24	% do Total	Dez/23	% do Total	Dez/22	% do Total	Dez/24 x Dez/23	Dez/23 x Dez/22
Depósitos	11.333.950	15,4%	10.472.468	17,3%	10.354.303	18,0%	8,2%	1,1%
Captações no Mercado Aberto	1.957.701	2,7%	1.683.322	2,8%	1.448.963	2,5%	16,3%	16,2%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	23.149.896	31,5%	19.805.243	32,7%	17.351.698	30,2%	16,9%	14,1%
Relações Interdependências	62.094	0,1%	160.494	0,3%	100.200	0,2%	-61,3%	60,2%
Obrigações por Empréstimos	11.571.125	15,7%	7.895.694	13,0%	8.441.275	14,7%	46,5%	-6,5%
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	2.451.672	3,3%	2.737.583	4,5%	2.033.465	3,5%	-10,4%	34,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.913.327	5,3%	2.353.893	3,9%	1.958.193	3,4%	66,2%	20,2%
Outras Obrigações	12.735.098	17,3%	9.638.544	15,9%	10.513.384	18,3%	32,1%	-8,3%
Resultado de Exercícios Futuros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Patrimônio Líquido	6.411.114	8,7%	5.885.371	9,7%	5.207.403	9,1%	8,9%	13,0%
TOTAL DO PASSIVO	73.585.977	100,0%	60.632.612	100,0%	57.408.844	100,0%	21,4%	5,6%

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 2024, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$6.062,6 milhões, aumento de 19,0% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu do aumento de aplicações no mercado aberto e em moedas estrangeiras.

Em 2023, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$5.092,9 milhões, redução de 17,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu entre outros, da redução de Operações Compromissadas

Em 2022, o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez somou R\$6.149,4 milhões, aumento de 101,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu do aumento de aplicações no mercado aberto.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 2024, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$31.698,8 milhões, apresentando um aumento de 44,5% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos títulos disponíveis para venda e da carteira própria e pelo aumento da carteira de derivativos.

Em 2023, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$21.935,8 milhões, apresentando um aumento de 37,5% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos títulos disponíveis para venda e da carteira própria e pelo aumento da carteira de derivativos.

Em 2022, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$15,959,0 milhões, apresentando um aumento de 9,8% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento dos títulos disponíveis para venda e da carteira própria apesar da diminuição do saldo de derivativos.

Operações de crédito

Em 2024, o saldo de operações de crédito totalizou R\$22.227,2 milhões, redução de 3,6% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$23.062,3 milhões.

Em 2023, o saldo de operações de crédito totalizou R\$23.062,3 milhões, redução de 6,8% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$24.739,6 milhões.

Em 2022, o saldo de operações de crédito totalizou R\$24.739,6 milhões, crescimento de 10,8% em relação ao ano anterior, cujo saldo de operações de crédito somou R\$22.321,0 milhões.

Outros créditos

Em 2024, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$11.838,7 milhões, crescimento de 33,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento da carteira de câmbio.

Em 2023, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$8.881,9 milhões, redução de 7,3% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pela redução da carteira de câmbio.

Em 2022, o saldo de operações denominadas outros créditos totalizou R\$9.581,0 milhões, crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu, principalmente, pelo aumento da carteira de câmbio.

Depósitos

Em 2024, o saldo dos depósitos somou R\$11.333,9 milhões, apresentando aumento de 8,2% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento dos Depósitos a Prazo, compensando uma diminuição do saldo de Depósitos à Vista e Interfinanceiros.

Em 2023, o saldo dos depósitos somou R\$10.472,5 milhões, apresentando aumento de 1,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento dos Depósitos à Vista e Interfinanceiros, compensando uma diminuição do saldo de Depósitos a Prazo.

Em 2022, o saldo dos depósitos somou R\$10.354,3 milhões, apresentando aumento de 30,1% em relação ao ano anterior, devido principalmente à aumento dos Depósitos a Prazo.

Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 2024, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$23.149,9 milhões, apresentando aumento de 16,9% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, pelo aumento do saldo de Letras Financeiras e Letras de Crédito ao Agronegócio.

Em 2023, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$19.805,2 milhões, apresentando aumento de 14,1% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, pelo aumento do saldo de Letras Financeiras e Letras de Crédito Imobiliárias.

Em 2022, o saldo de recursos de aceites e emissão de títulos totalizou R\$17.351,7 milhões, apresentando aumento de 40,6% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, pelo aumento do saldo de Letras Financeiras e Letras de Crédito ao Agronegócio.

Obrigações por empréstimos

Em 2024, o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$11.571,1 milhões, apresentando um aumento de 46,5% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pelo aumento da linha de obrigações por empréstimos e de repasses no exterior.

Em 2023, o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$7.895,7 milhões, apresentando uma queda de 6,5% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pela redução da linha de obrigações por empréstimos e repasses no exterior.

Em 2022, o saldo de obrigações por empréstimos totalizou R\$8.441,3 milhões, apresentando uma queda de 17,9% em relação ao ano anterior, causado, principalmente pela redução da linha de obrigações por empréstimos e repasses no exterior.

Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Em 2024, o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$2.451,7 milhões, apresentando redução de 10,4% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, da diminuição das operações de repasses de recursos do FINAME.

Em 2023, o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$2.737,6 milhões, apresentando aumento de 34,6% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das operações de repasses de recursos do FINAME.

Em 2022, o saldo de obrigações por repasses do país – instituições oficiais somou R\$2.033,4 milhões, apresentando aumento de 29,7% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das operações de repasses de recursos do FINAME.

Outras obrigações

Em 2024, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$12.735,1 milhões, apresentando crescimento de 32,1% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento no saldo da Carteira de Câmbio.

Em 2023, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$9.638,5 milhões, apresentando uma queda de 8,3% em relação ao ano anterior, principalmente devido à redução no saldo da Carteira de Câmbio.

Em 2022, o saldo de operações denominadas outras obrigações totalizou R\$10.513,4 milhões, apresentando crescimento de 17,3% em relação ao ano anterior, principalmente devido à redução no saldo da Carteira de Câmbio.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

2024 e 2023

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do lucro líquido para os trimestres encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas da Intermediação Financeira	10.310,1	100,0%	5.616,4	100,0%	83,6%
Despesas da Intermediação Financeira	(8.551,8)	-82,9%	(4.087,8)	-72,8%	109,2%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.758,4	17,1%	1.528,7	27,2%	15,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(503,6)	-4,9%	(467,8)	-8,3%	7,6%
Resultado Operacional	1.254,8	12,2%	1.060,9	18,9%	18,3%
Resultado não Operacional	8,6	0,1%	4,0	0,1%	112,9%
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	1.263,4	12,3%	1.064,9	19,0%	18,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12,2)	-0,1%	59,7	1,1%	-120,5%
Participação nos Lucros	(259,3)	-2,5%	(259,5)	-4,6%	-0,1%
Participação de Acionistas Não Controladores	(20,6)	-0,2%	(13,5)	-0,2%	52,0%
Lucro Líquido	971,3	9,4%	851,6	15,2%	14,1%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

O lucro líquido aumentou 14,1%, para R\$971,3 milhões em 2024, comparado com os R\$851,6 milhões em 2023, devido às variações mencionadas abaixo.

Receitas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
Operações de Crédito	5.031,0	48,8%	2.675,8	47,6%	88,0%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.165,2	30,7%	2.817,5	50,2%	12,3%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.087,5	10,5%	298,7	5,3%	264,0%
Resultado de Operações de Câmbio	1.026,5	10,0%	(175,6)	-3,1%	-684,6%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Receitas de Intermediação Financeira	10.310,1	100,0%	5.616,4	100,0%	83,6%

(R\$ milhões, exceto percentuais)

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

As receitas da intermediação financeira aumentaram 83,6%, atingindo R\$10.310,1 milhões em 2024, comparado com os R\$5.616,4 milhões em 2023, devido ao incremento nas linhas de Operações de Crédito e nos Resultados de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 2024, a receita de Operações de Crédito chegou a R\$5.031,0 milhões, um aumento de 88,0% comparado com o resultado em 2023, que foi de R\$2.675,8 milhões. Esse resultado é explicado, principalmente pela variação cambial das operações de crédito que impactou positivamente essa linha, assim como pelo accrual de juros das operações.

As receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários aumentaram 12,3%, atingindo R\$3.165,2 milhões em 2024, comparado com os R\$2.817,5 milhões em 2023. Esse resultado é explicado, principalmente pelo accrual de juros e marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e disponíveis para venda.

O resultado das Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos apresentaram resultado de R\$1.087,5 milhões em 2024, comparado com os R\$298,7 milhões registrados em 2023. O resultado de Operações com Derivativos advém basicamente de (i) operações proprietárias de hedge cambial, realizadas a fim de mitigar os efeitos da variação cambial sobre o investimento feito em dólar pelo ABC Brasil na agência localizada nas Ilhas Cayman; (ii) resultado do hedge feito sobre operações de câmbio; e (iii) das operações com derivativos feitas para os clientes do Banco. Por essa razão, ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos são mitigados por outras linhas do balanço.

As operações de câmbio apresentaram resultado de R\$1.026,5 milhões em 2024, comparado com resultado negativo de R\$175,6 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, da volatilidade da cotação do Real em relação ao Dólar ao longo dos últimos trimestres.

Despesas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Operações de Captação no Mercado	(4.276,4)	50,0%	(3.704,8)	90,6%	15,4%
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.081,8)	47,7%	(58,0)	1,4%	6942,6%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(0,2)	0,0%	(325,6)	8,0%	-99,9%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Variação Cambial sobre Câmbio	(191,2)	2,2%	0,6	0,0%	33881,6%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(2,1)	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Despesas da Intermediação Financeira	(8.551,8)	100,0%	(4.087,8)	100,0%	109,2%

¹Calculado sobre as despesas da intermediação financeira

As despesas da Intermediação Financeira aumentaram em 109,2%, atingindo R\$8.551,8 milhões em 2024, comparado com a despesa de R\$4.087,8 milhões registrados em 2023. Esse aumento foi causado majoritariamente devido às maiores despesas relacionadas às linhas de Operações de Empréstimos e Repasses e das Operações de Captação no Mercado.

As despesas com Operações de Captação no Mercado aumentaram em 15,4%, atingindo R\$4.276,4 milhões em 2024, comparado com os R\$3.704,8 milhões registrados em 2023, devido principalmente ao aumento no saldo de captação com Títulos e Valores Mobiliários.

As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses variaram em 6.942,6%, atingindo o valor de R\$4.081,8 milhões em 2024, comparado com os R\$58,0 milhões registrados em 2023. O aumento dessas despesas se referem a maiores custos com variações cambiais, juros e correções monetárias relacionados às captações internacionais.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa diminuiu em 99,9%, atingindo R\$204 mil em 2024, comparado com os R\$325,6 milhões em 2023. Essa variação é decorrente da finalização da Recuperação Judicial de um crédito isolado do segmento C&IB.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Variação Cambial sobre Câmbio atingiu R\$191,2 milhões em 2024, ante a um valor positivo de R\$566 mil em 2023. A queda nessa linha reflete o efeito contábil referente à variação cambial nas provisões realizadas sobre a Carteira de Câmbio.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como consequência dos fatores descritos acima, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira aumentou em 15,0%, atingindo R\$1.758,4 milhões em 2024, comparado com os R\$1.528,7 milhões em 2023.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	2024	% do total ¹	2023	% do total ¹	Variação
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas de Prestação de Serviços	490,9	-97,5%	395,7	-84,6%	24,0%
Despesas de Pessoal	(521,3)	103,5%	(477,2)	102,0%	9,2%
Outras Despesas Administrativas	(353,1)	70,1%	(303,4)	64,9%	16,4%
Despesas Tributárias	(120,9)	24,0%	(136,6)	29,2%	-11,5%
Outras Receitas Operacionais	20,3	-4,0%	85,5	-18,3%	-76,3%
Outras Despesas Operacionais	(19,4)	3,9%	(31,9)	6,8%	-39,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(503,6)	100,0%	(467,8)	100,0%	7,6%

¹Calculado sobre outras receitas (despesas) operacionais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais atingiram -R\$503,6 milhões em 2024, aumento de 7,6% em relação aos -R\$467,8 milhões registrados em 2023, principalmente devido ao incremento nas Receitas de Prestações de Serviços, mesmo considerando o aumento nas Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

As Receitas de Prestação de Serviços aumentaram 24,0%, atingindo R\$490,9 milhões em 2024, comparado com R\$395,7 milhões em 2023. Esse resultado é explicado, principalmente pelo aumento das receitas do Banco de Investimentos, segmento que obteve no ano o seu maior resultado histórico.

As Despesas de Pessoal aumentaram 9,2%, atingindo R\$521,3 milhões em 2024, comparado com R\$477,2 milhões em 2023, devido principalmente ao aumento no número de colaboradores, consequência, entre outros fatores, da expansão do segmento *Middle* e da maturação das iniciativas de negócios, com foco na diversificação das fontes de receitas e crescimento nas linhas de negócios.

Outras Despesas Administrativas aumentaram 16,4%, atingindo R\$353,1 milhões em 2024, comparado com os R\$303,4 milhões registrados em 2023. O crescimento dessa linha, assim como da linha de Despesas de Pessoal, está atrelado principalmente ao investimento nas novas iniciativas de negócios do Banco e em tecnologia.

As Despesas Tributárias reduziram em 11,5%, atingindo R\$120,9 milhões em 2024, comparado com R\$136,6 milhões em 2023, devido a uma maior gestão no pagamento de tributos municipais, estaduais e federais.

Outras Receitas Operacionais reduziram em 76,3%, atingindo R\$20,3 milhões em 2024, comparado com os R\$85,5 milhões registrados em 2023.

Outras Despesas Operacionais reduziram em 39,1%, atingindo R\$19,4 milhões em 2024, comparado com os R\$19,4 milhões registrados em 2023.

Resultado Operacional

Em razão dos fatores descritos acima, o Resultado Operacional alcançou um montante de R\$1.254,8 milhões em 2024, comparado com o montante de R\$1.060,9 milhões em 2023.

Resultado não-Operacional

O Resultado não Operacional aumentou em 112,9%, atingindo R\$8,6 milhões em 2024, comparado com a receita de R\$4,0 milhões registrada em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social atingiu um valor negativo de R\$12,2 milhões em 2024, ante um valor positivo de R\$59,7 milhões em 2023, representando uma variação de 120,5%. Esse resultado é consequência, principalmente, de uma base de cálculo de imposto e contribuição superior ao do último ano.

Participações nos Lucros

A despesa com Participação nos Lucros diminuiu em 0,1%, atingindo R\$259,3 milhões em 2024 ante R\$259,5 milhões em 2023, resultado principalmente da expansão da rentabilidade do Banco.

Participações de Acionistas Não Controladores

A despesa com Participação de Acionistas Não Controladores aumentou 52,0%, atingindo R\$20,6 milhões em 2024 ante R\$13,5 milhões em 2023, resultado do modelo de *partnership* adotada pelo banco.

Lucro líquido

Como resultado dos fatores discutidos acima, o Lucro Líquido contábil do ABC Brasil aumentou 14,1%, para R\$971,3 milhões em 2024, comparado com os R\$851,6 milhões registrados em 2023.

2023 e 2022

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do lucro líquido para os trimestres encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Varição
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas da Intermediação Financeira	5.616,4	100,0%	4.181,1	100,0%	34,3%
Despesas da Intermediação Financeira	(4.087,8)	-72,8%	(2.607,7)	-62,4%	56,8%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.528,7	27,2%	1.573,4	37,6%	-2,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(467,8)	-8,3%	(405,1)	-9,7%	15,5%
Resultado Operacional	1.060,9	18,9%	1.168,3	27,9%	-9,2%
Resultado não Operacional	4,0	0,1%	0,7	0,0%	486,3%
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	1.064,9	19,0%	1.169,0	28,0%	-8,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	59,7	1,1%	(115,5)	-2,8%	-151,7%
Participação nos Lucros	(259,5)	-4,6%	(250,8)	-6,0%	3,5%
Participação de Acionistas Não Controladores	(13,5)	-0,2%	(2,5)	-0,1%	450,3%
Lucro Líquido	851,6	15,2%	800,2	19,1%	6,4%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

O lucro líquido aumentou 6,4%, para R\$851,6 milhões em 2023, comparado com os R\$800,2 milhões em 2022, devido às variações mencionadas abaixo.

Receitas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Varição
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Operações de Crédito	2.675,8	47,6%	2.451,6	58,6%	9,1%
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.817,5	50,2%	1.629,4	39,0%	72,9%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	298,7	5,3%	132,6	3,2%	125,3%
Resultado de Operações de Câmbio	(175,6)	-3,1%	(33,2)	-0,8%	429,5%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,6	0,0%	-100,0%
Receitas de Intermediação Financeira	5.616,4	100,0%	4.181,1	100,0%	34,3%

¹Calculado sobre as receitas da intermediação financeira

As receitas da intermediação financeira aumentaram 34,3%, atingindo R\$5.616,4 milhões em 2023, comparado com R\$2.451,6 milhões em 2022, devido ao incremento nas linhas de Operações de Crédito e nos Resultados de Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 2023, a receita de Operações de Crédito chegou a R\$2.675,8 milhões, um aumento de 9,1% comparado com o resultado em 2022, que foi de R\$2.451,6 milhões. Esse resultado é explicado, principalmente pela variação cambial nos últimos trimestres que impactou positivamente essa linha e pelo accrual de juros das operações.

As receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários aumentaram 72,9%, atingindo R\$2.817,5 milhões em 2023, comparado com os R\$1.629,4 milhões em 2022. Esse resultado é explicado, principalmente pelo accrual de juros e marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação.

O resultado das Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos apresentaram resultado de R\$298,7 milhões em 2023, comparado com os R\$132,6 milhões registrados em 2022. O resultado de Operações com Derivativos advém basicamente de (i) operações proprietárias de hedge cambial, realizadas a fim de mitigar os efeitos da variação cambial sobre o investimento feito em dólar pelo ABC Brasil na agência localizada nas Ilhas Cayman; (ii) resultado do hedge feito sobre operações de câmbio; e (iii) das operações com derivativos feitas para os clientes do Banco. Por essa razão, ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos são mitigados por outras linhas do balanço.

As operações de câmbio apresentaram resultado negativo de R\$175,6 milhões em 2023, comparado com resultado negativo de R\$33,2 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da volatilidade da cotação do Real em relação ao Dólar ao longo dos últimos trimestres.

Despesas da Intermediação Financeira

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Varição
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Operações de Captação no Mercado	(3.704,8)	90,6%	(2.979,8)	114,3%	24,3%
Operações de Empréstimos e Repasses	(58,0)	1,4%	602,2	-23,1%	-109,6%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(325,6)	8,0%	(230,4)	8,8%	41,3%
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Variação Cambial sobre Câmbio	0,6	0,0%	0,4	0,0%	45,1%
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Despesas da Intermediação Financeira	(4.087,8)	100,0%	(2.607,7)	100,0%	56,8%

¹Calculado sobre as despesas da intermediação financeira

As despesas da Intermediação Financeira aumentaram em 56,8%, atingindo R\$4.087,8 milhões em 2023, comparado com a despesa de R\$2.607,7 milhões registrados em 2022. Esse aumento foi causado majoritariamente devido às maiores despesas relacionadas às linhas de Operações de Captação no Mercado e Operações de Empréstimos e Repasses, além do aumento nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

As despesas com Operações de Captação no Mercado aumentaram em 24,3%, atingindo R\$3.704,8 milhões em 2023, comparado com R\$2.979,8 milhões registrados em 2022, devido principalmente ao aumento no saldo de captação com Títulos e Valores Mobiliários.

As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses variaram em 109,6%, atingindo o valor de R\$58,0 milhões em 2023, ante o valor positivo de R\$602,2 milhões registrados em 2022. A aumento dessas despesas se referem a maiores custos com juros relacionados às captações internacionais.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 41,3%, atingindo R\$325,6 milhões em 2023, comparado com R\$230,4 milhões em 2022. Essa variação é decorrente do aumento do provisionamento devido principalmente a um evento isolado de um cliente no segmento C&IB, que gerou um incremento na constituição de provisões.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Variação Cambial sobre Câmbio foi próxima a R\$600 mil em 2023, diminuição de 45,1% em relação a 2022, quando a despesa foi de R\$400 mil. A queda nessa linha reflete o efeito contábil referente à variação cambial nas provisões realizadas sobre a Carteira de Câmbio.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como consequência dos fatores descritos acima, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira recuou 2,8%, atingindo R\$1.528,7 milhões em 2023, comparado com R\$1.573,4 milhões em 2022.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	2023	% do total ¹	2022	% do total ¹	Varição
<i>(R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receitas de Prestação de Serviços	395,7	-84,6%	401,9	-99,2%	-1,5%
Despesas de Pessoal	(477,2)	102,0%	(404,7)	99,9%	17,9%
Outras Despesas Administrativas	(303,4)	64,9%	(263,1)	65,0%	15,3%
Despesas Tributárias	(136,6)	29,2%	(112,3)	27,7%	21,6%
Outras Receitas Operacionais	85,5	-18,3%	7,8	-1,9%	990,0%
Outras Despesas Operacionais	(31,9)	6,8%	(34,7)	8,6%	-8,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(467,8)	100,0%	(405,1)	100,0%	15,5%

Outras Receitas (Despesas) Operacionais atingiram -R\$467,8 milhões em 2023, aumento de 15,5% em relação aos -R\$405,1 milhões registrados em 2022, principalmente devido ao aumento nas Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

As Receitas de Prestação de Serviços diminuíram 1,5%, atingindo R\$395,7 milhões em 2023, comparado com R\$401,9 milhões em 2022. Essa redução é consequência principalmente da queda da receita de Banco de Investimentos, segmento que obteve no ano anterior o seu maior resultado histórico.

As Despesas de Pessoal aumentaram 17,9%, atingindo R\$477,2 milhões em 2023, comparado com R\$404,7 milhões em 2022, devido principalmente ao aumento no número de colaboradores, consequência, entre outros fatores, da expansão do segmento *Middle* e da maturação das iniciativas de negócios, com foco na diversificação das fontes de receitas e crescimento nas linhas de negócios.

Outras Despesas Administrativas aumentaram 15,3%, atingindo R\$303,4 milhões em 2023, comparado com os R\$263,1 milhões registrados em 2022. O crescimento dessa linha, assim como da linha de Despesas de Pessoal, está atrelado principalmente ao investimento nas novas iniciativas de negócios do Banco e em tecnologia.

As Despesas Tributárias aumentaram em 21,6%, atingindo R\$136,6 milhões em 2023, comparado com R\$112,3 milhões em 2022, devido ao aumento do volume de negócios de crédito e serviços prestados pelo Banco.

Outras Receitas Operacionais aumentaram em 990,0%, atingindo R\$85,5 milhões em 2023, comparado com os R\$7,8 milhões registrados em 2022.

Outras Despesas Operacionais reduziram em 8,6%, atingindo R\$31,9 milhões em 2023, comparado com os R\$34,7 milhões registrados em 2022.

Resultado Operacional

Em razão dos fatores descritos acima, o Resultado Operacional alcançou um montante de R\$1.060,9 milhões em 2023, comparado com o montante de R\$1.168,3 milhões em 2022.

Resultado não-Operacional

O Resultado não Operacional aumentou em 486,3%, atingindo R\$4,0 milhões em 2023, comparado com a receita de R\$0,7 milhões registrada em 2022.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social atingiu um valor positivo de R\$59,7 milhões em 2023, ante um valor negativo de R\$115,5 milhões em 2022, representando uma queda de 151,7%. Essa variação é consequência, principalmente, de uma base de cálculo de imposto e contribuição superior ao do último ano.

Participações nos Lucros

A despesa com Participação nos Lucros aumentou 3,5%, atingindo R\$259,5 milhões em 2023 ante R\$250,8 milhões em 2022, resultado principalmente da expansão da rentabilidade do Banco.

Participações de Acionistas Não Controladores

A despesa com Participação de Acionistas Não Controladores aumentou 450,3%, atingindo R\$13,5 milhões em 2023 ante R\$2,5 milhões em 2022, resultado do modelo de *partnership* adotada pelo banco.

Lucro líquido

Como resultado dos fatores discutidos acima, o Lucro Líquido contábil do ABC Brasil aumentou 6,4%, para R\$851,6 milhões em 2023, comparado com os R\$800,2 milhões registrados em 2022.

2.2. Resultado das operações do Banco, em especial

a) Resultado das Operações do Banco

i) Descrição de Quaisquer Componentes Importantes da Receita

Resultado Operacional

Resultado Operacional Gerencial (R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Margem Financeira Gerencial pré-Provisão	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Despesa de Provisão	(278,3)	(327,5)	(235,4)	-15,0%	39,1%
Margem Financeira Gerencial pós-Provisão	2.097,4	1.917,7	1.783,6	9,4%	7,5%
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Despesas de Pessoal & Outras Administrativas	(769,4)	(687,8)	(600,2)	11,9%	14,6%
Despesas Tributárias & Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(93,3)	(91,1)	(119,2)	2,4%	-23,6%
Resultado Operacional	1.708,9	1.522,6	1.452,5	12,2%	4,8%

Destacamos na tabela acima o Resultado Operacional Gerencial do Banco em 2024, que apresentou um crescimento de 12,2% em relação ao ano de 2023. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 5,8% na Margem Financeira Gerencial – impulsionada pelo crescimento da Margem com Clientes e da Margem com Mercado – e da Receita de Serviços, com um aumento de 23,5% devido a um ano recorde de receitas do Banco de Investimentos.

No comparativo entre os anos de 2023 e 2022, o Resultado Operacional apresentou um crescimento de 4,8%. Esse resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 11,2% na Margem Financeira Gerencial – impulsionada pelo crescimento de todas as suas linhas.

Margem Financeira Gerencial pré-Provisão

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Margem Financeira Gerencial pré-Provisão	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Patrimônio Líquido remunerado a CDI	503,6	559,7	474,8	-10,0%	17,9%
Margem Financeira com Clientes	1.431,4	1.364,2	1.250,5	4,9%	9,1%
Margem Financeira com Mercado	440,8	321,3	293,6	37,2%	9,4%

A Margem Financeira Gerencial pré-Provisão apresentou crescimento de 5,8% no comparativo entre os anos de 2024 e 2023, comparado a um crescimento de 11,2% entre os anos de 2023 e 2022. As variações são oriundas da composição da tabela acima, onde: (i) a remuneração do Patrimônio Líquido a CDI reflete o comportamento deste indexador entre os períodos (a taxa do CDI médio em 2024, 2023 e 2022 foi de, respectivamente, 10,83%, 13,21% e 12,45%, de acordo com dados da B3. O patrimônio líquido médio foi de, respectivamente, R\$6.199 milhões, R\$5.489 milhões e R\$4.932 milhões, nos mesmos períodos). Como o CDI médio apresentou uma menor taxa média de remuneração no último exercício social, o resultado dessa linha entre 2024 e 2023 diminuiu em 10,0%. Comparando o resultado da mesma linha entre 2023 e 2022, observamos um aumento de 17,9%, reflexo do aumento do CDI médio no período; (ii) a Margem Financeira com Clientes cresceu 4,9% no comparativo de 2024 com 2023, refletindo principalmente a melhora no mix de produtos e uma maior participação de receitas com baixa alocação de capital. Na comparação de 2023 em relação a 2022, a Margem Financeira com Clientes cresceu 9,1%, refletindo principalmente a melhora no mix de produtos; e (iii) a Margem Financeira com o Mercado, que reflete o resultado das operações de tesouraria do Banco, apresentou um crescimento de 37,2% entre 2024 e 2023 e de 9,4% entre os anos de 2023 e 2022. A exposição média a risco de mercado medido pelo VaR da carteira trading foi de R\$4,5 milhões, R\$3,4 milhões e R\$2,9 milhões, respectivamente, em 2024, 2023 e 2022 (valor em risco estimado através do método de simulação histórica com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%). O aumento na Margem com Mercado pode ser explicado, primariamente, pelo maior volume de transações de juros e câmbio.

Receita de Serviços

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Garantias Prestadas	158,7	162,0	167,5	-2,1%	-3,3%
Banco de Investimentos	197,6	120,4	145,1	64,1%	-17,0%
Corretagem de Seguros e Tarifas	117,8	101,4	75,7	16,2%	33,9%

A Receita de Serviços apresentou um aumento de 23,5% no comparativo dos anos de 2024 e 2023, e uma leve retração de 1,2% no comparativo dos anos de 2023 e 2022. Comparando o ano de 2024 com o ano de 2023, a principal contribuição para o aumento do faturamento vem da linha Banco de Investimentos, que cresceu 64,1% em relação a 2023 (contra a redução de 17,0% entre 2023 e 2022), devido a um aumento do volume de operações de DCM no período, quanto do fechamento de operações de assessoria. A linha de Corretagem de Seguros e Tarifas apresentou um aumento de 16,2% entre 2024 e 2023 (após um crescimento de 33,9% entre 2023 e 2022) devido ao aumento de sua carteira de clientes e prêmios emitidos. Por último, a receita de Garantias Prestadas sofreu redução de 2,1% entre 2024 e 2023, e de 3,3% entre 2023 e 2022, devido à diminuição dos spreads praticados apesar da relativa estabilidade da carteira no período.

ii) Fatores que Afetaram Materialmente os Resultados Operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da empresa nos últimos três exercícios sociais, além daqueles descritos no item 2.1.h e 2.2.a.i.

a) **Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Dentre as receitas sujeitas a variações atribuíveis a variação de preços e volumes, destacamos:

A Margem Financeira com Clientes apresentou crescimento de 4,9% no comparativo entre 2024 e 2023 e crescimento de 9,1% no comparativo entre 2023 e 2022, enquanto a variação do volume médio de empréstimos apresentou uma redução de 3,0% entre 2024 e 2023 e de 0,6% entre 2023 e 2022. O crescimento da Margem Financeira com Clientes é resultado, principalmente, do incremento na oferta de transações estruturadas aos clientes, em especial de derivativos e cash management e da maior participação de receitas com baixa alocação de capital.

A Margem Financeira com o Mercado, advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da atividade de gestão de descasamentos de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado de ativos financeiros, totalizou R\$440,8 milhões em 2024, R\$321,3 milhões em 2023 e R\$293,6 milhões em 2022. O aumento de 37,2% no comparativo entre 2024 e 2023 pode ser explicado, pelo maior volume de transações de juros e câmbio. O aumento de 9,4% no comparativo entre os anos de 2023 e 2022 se deve, primariamente, pelo crescimento do balanço do Banco.

A receita do Banco de Investimentos advém da atividade de estruturação e distribuição de ofertas públicas iniciais (*IPOs*), ofertas públicas subsequentes (*Follow-Ons*) e de dívidas públicas e privadas; da assessoria para coordenação, execução e negociação de fusões e aquisições de empresas (*M&A*), assim como da assessoria em projetos de infraestrutura (*Project Finance*). Em 2024, a receita foi de R\$197,6 milhões, apresentando um crescimento de 64,1% em relação à receita do ano anterior, resultando em um ano recorde para a franquia, devido a um aumento do volume de operações de DCM e de operações de assessoria. Já no exercício social de 2023, a área de Banco de Investimentos apresentou receita de R\$120,4 milhões, comparado com R\$145,1 milhões em 2022. A queda de 17,0% entre 2023 e 2022 foi causada por um primeiro semestre de mercado de capitais com atividade mais fraca.

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Margem Financeira Gerencial pré-Provisão	2.375,7	2.245,2	2.019,0	5,8%	11,2%
Patrimônio Líquido remunerado a CDI	503,6	559,7	474,8	-10,0%	17,9%
Margem Financeira com Clientes	1.431,4	1.364,2	1.250,5	4,9%	9,1%
Margem Financeira com Mercado	440,8	321,3	293,6	37,2%	9,4%

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Receita de Serviços	474,1	383,8	388,3	23,5%	-1,2%
Garantias Prestadas	158,7	162,0	167,5	-2,1%	-3,3%
Banco de Investimentos	197,6	120,4	145,1	64,1%	-17,0%
Corretagem de Seguros e Tarifas	117,8	101,4	75,7	16,2%	33,9%

(R\$ milhões)	2024	2023	2022	Var 2024/23	Var 2023/22
Empréstimos	24.050	24.829	25.770	-3,1%	-3,7%
C&IB	4.672	3.835	4.470	21,8%	-14,2%
Corporate	15.372	16.895	17.209	-9,0%	-1,8%
Middle	4.006	4.099	4.091	-2,3%	0,2%
Garantias Prestadas	13.515	11.328	11.460	19,3%	-1,1%
C&IB	7.756	7.889	8.324	-1,7%	-5,2%
Corporate	5.716	3.403	3.076	68,0%	10,6%
Middle	43	37	60	17,5%	-38,9%
Carteira de Crédito (inclui Garantias Prestadas)	37.564	36.157	37.230	3,9%	-2,9%
C&IB	12.428	11.724	12.794	6,0%	-8,4%
Corporate	21.087	20.298	20.286	3,9%	0,1%
Middle	4.049	4.135	4.151	-2,1%	-0,4%

Apesar das variações na Margem Financeira e na Receita de Serviços nos anos de 2024, 2023 e 2022, pelos motivos explicados nos parágrafos anteriores, não ocorreram variações significativas nas receitas atribuíveis à introdução de novos produtos e serviços, de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, e alterações de volumes, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, bem como no resultado financeiro do Banco, conforme descrito no item 2.2.a.ii.

b) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Banco

Durante os períodos de alta nas taxas de juros, há um aumento na receita financeira, pois a remuneração dos ativos geradores de juros tende a aumentar. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de aumento da despesa financeira, pois a remuneração das obrigações sensíveis às taxas de juros também aumenta. Mudanças no volume de ativos e obrigações sobre as quais incidem juros afetam as receitas e despesas financeiras do Banco. Por exemplo, um aumento na receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume dos empréstimos em aberto.

Apesar do cenário de taxa de juros em alta observado nos últimos anos, devido ao efeito mencionado no parágrafo anterior, em que o aumento da receita de juros é compensado pelo aumento da despesa de juros, a linha da Margem Financeira com Clientes não foi impactada de forma relevante pelas variações na taxa Selic e a Carteira de Crédito continuou sua trajetória de crescimento.

Contudo, a linha da receita do Patrimônio Líquido Remunerado ao CDI foi diretamente impactada pela queda da taxa básica de juros: em 2024, a receita totalizou R\$503,6 milhões, redução de 10,0% em comparação a 2023. Já em 2023, a receita totalizou R\$559,7 milhões, crescimento de 17,9% em comparação a 2022, quando o resultado foi de R\$474,8 milhões.

Além disso, quando o Real se desvaloriza, ocorrem: (i) perdas nos passivos denominados em/ou indexados em moeda estrangeira, tais como títulos denominados em Dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em Reais da despesa financeira relativa aumenta; e (ii) ganhos nos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, tais como os títulos e operações de crédito indexados ao Dólar, quando a receita desses ativos mensurada em Reais aumenta. Opostamente, quando o Real se valoriza, ocorrem: (i) perdas nos ativos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira; e (ii) ganhos nos passivos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do Auditor

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis no exercício findo em 2024 que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram opiniões modificadas ou ênfases no relatório dos auditores independentes.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício de 2024 não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional do Banco ABC Brasil.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

- No exercício de 2024 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte do Banco ABC Brasil.

- No exercício de 2023, o Banco constituiu as empresas: VISIO GESTORA DE CRÉDITOS LTDA, ABC IB HOLDING LTDA (atualmente ABC Brasil Investment Banking Ltda.), ABC M&A e ECM LTDA, ABC DCM LTDA e ABC Holding Financeira Ltda, cujos objetivos estão descritos abaixo:

A Visio Gestora de Créditos Ltda., atua na atividade de credit recovery, com a iniciativa de análise e precificação de carteiras de crédito não performadas, bem como de inteligência da gestão de recebíveis.

A ABC Investment Banking, atua na reorganização da área de Banco de Investimentos. É controlada pelo Banco e tem seus principais executivos em uma estrutura de partnership apostando no aumento da relevância da atividade.

A ABC M&A e ECM Ltda, desempenha as atividades de: assessoria financeira com especialistas de diversas áreas para auxiliar seus clientes na tomada de decisões estratégicas em operações de fusões e aquisições, o que inclui o processo de venda de participação total ou parcial, operações de compra de parte ou totalidade das ações, fusão entre empresas e captação de recursos.

A ABC DCM Ltda, desempenha as atividades de: assessoria e estruturação financeira com especialistas de diversas áreas para auxiliar seus clientes na tomada de decisões estratégicas, como assessoria para processo de non deal roadshow, emissão de rating e assessoria de projetos na modalidade Project Finance além da atuação na estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas e de fundos de investimento.

A ABC Holding Financeira Ltda, tem por objetivo social exclusivo a participação, como sócia, quotista ou acionista, no capital de instituições financeiras e em outras sociedades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

c) eventos ou operações não usuais.

No exercício de 2024 não ocorreu nenhum evento ou operação não usual no Banco ABC Brasil que tenha causado ou que se espera que venha causar algum impacto significativo em seus resultados.

2.7 – Destinação de resultados

a) regras sobre retenção de lucros

Conforme previsto no artigo 39 do estatuto social do Banco, por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas:

- I - Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos;
- II - Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional;
- III - Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

A Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional será limitada a 50% do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

A Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia será limitada a 10% do capital social e terá por finalidade adquirir ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, de acordo com o procedimento a ser definido pelo Conselho de Administração e observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo formada com recursos equivalentes a até 30% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas das reservas de lucros existentes para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social, ou, ainda, capitalizadas independentemente do percentual atingido, a critério do Conselho.

Segue abaixo, tabela para melhor compreensão:

	2024	2023	2022
a. regras sobre retenção de lucros	a.i. Valores das Retenções de Lucros.	a.i. Valores das Retenções de Lucros.	a.i. Valores das Retenções de Lucros.
	Reserva Legal - R\$ 48.563.662,22 Reserva Equalização - R\$ 527.580.528,63	Reserva Legal - R\$ 42.579.095,68 Reserva Equalização - R\$ 451.843.712,15	Reserva Legal - R\$ 40.011.635,51 Reserva Equalização - R\$ 452.060.235,26
	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados
	Reserva Legal- 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social. Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social. Reserva de Lucros para Manutenção pra recompra de ações de emissão da companhia limitada a 10% do capital social	Reserva Legal- 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social. Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social. Reserva de Lucros para Manutenção pra recompra de ações de emissão da companhia limitada a 10% do capital social	Reserva Legal- 5% sobre o lucro do exercício limitado a 50% do capital social. Reserva de Equalização - limitado à 80% do capital social. Reserva de Lucros para Manutenção pra recompra de ações de emissão da companhia limitada a 10% do capital social
b. regras sobre distribuição de dividendos	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.	Mínimo de 25% do lucro líquido anual.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Semestral	Semestral	Trimestral
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há	Não há	Não há
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação	A política de destinação de resultados foi aprovado pelo Comitê executivo em 28/03/2017	A política de destinação de resultados foi aprovado pelo Comitê executivo em 28/03/2017	A política de destinação de resultados foi aprovado pelo Comitê executivo em 28/03/2017

b) regras sobre distribuição de dividendos

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio é realizada semestralmente mediante as deliberações do conselho de administração, oportunidade em que serão definidos os valores, posição acionária a ser considerada e data de pagamento. As deliberações do conselho de administração, quanto à distribuição de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2024, ocorreram nas datas de 24/06/2024 e 20/12/2024.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco ABC Brasil S.A. possui política de destinação de resultados que foi aprovada pelo Comitê Executivo em 28/03/2017.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iv. contratos de recebimento futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

Em 2024, o Banco investiu na melhoria de sua infraestrutura já desenvolvida nos últimos anos, com um menor crescimento na base de colaboradores e na contínua busca pela captura de economias de escala, através da implementação de iniciativas de ganhos de produtividade.

Em 2023, o Banco manteve a estratégia de forma a expandir sua força comercial e avançar em sua transformação digital através de investimentos em tecnologia, dados e inovação.

Em 2022, o Banco fez investimentos estruturantes de forma a ampliar portfolio de produtos, diversificar fontes de receita e agregar escalabilidade em sua operação. Dentre estas iniciativas, podemos destacar a forte expansão do headcount, o aumento da força comercial e a intensificação dos investimentos em tecnologia. Além disso, também deu início à operação da Recuperadora de Crédito.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento dos investimentos do Banco é feito através de seu capital próprio. Maiores detalhes sobre o capital próprio são apresentados no item 2.1.b.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco.

c) Novos produtos e serviços, indicando

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços relevantes, que possam impactar a estrutura de receitas e despesas do Banco.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do Banco relacionadas a questões ASG

Em 2024, o ABC Brasil intensificou seu compromisso com a sustentabilidade, ampliando as oportunidades de negócios que apoiam a transição para uma economia de baixo carbono. A incorporação de critérios ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) como um KPI estratégico resultou em um aumento de 17,1% nos ativos vinculados a esses critérios, totalizando R\$20,6 bilhões em dezembro de 2024. Nossas operações de crédito ASG são fundamentadas no Framework de Finanças Sustentáveis da instituição, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e aos Princípios para Títulos Sociais.

Com o objetivo de apoiar o financiamento de projetos sustentáveis e de impacto socioambiental, o Banco passou a ofertar investimentos em Renda Fixa, como CDBs e Letras Financeiras “Sustentáveis”, alcançando em 2024 o montante de R\$1,8 bilhões em captações sustentáveis no mercado local.

Em relação ao Mercado de Capitais, o ABC Brasil estruturou-se para apoiar seus clientes na identificação de oportunidades e suporte em todo processo de estruturação para emissão de Títulos Verdes, Azuis, Sociais e Sustentáveis. Adicionalmente, implementou a Mesa de Soluções de Créditos de Carbono, com foco em oferecer soluções personalizadas que contribuam para a descarbonização dos clientes.

Em 2023, a área de ESG do ABC Brasil passou por uma reestruturação, com foco em fomentar oportunidades de negócios sustentáveis, oferecendo soluções inovadoras, apoiando os clientes na transição para uma economia de baixo carbono e trazendo novas fontes de receita para o Banco. Essa frente é responsável pelo mapeamento, fomento e desenvolvimento de soluções que colaborem para o desenvolvimento sustentável e atua transversalmente junto aos diferentes segmentos de clientes do ABC Brasil, intensificando o diálogo sobre a agenda e identificando oportunidades.

Para amparar esses negócios, foi implementado o Sistema de Classificação de Finanças Sustentáveis (SFF - Sustainable Finance Framework, em inglês), uma taxonomia que determina os critérios para classificar ativos como verdes, sociais e sustentáveis. Esse sistema dá transparência ao monitoramento e reporte das atividades, além de apoiar o desenvolvimento de produtos de financiamento sustentável e de mitigar o risco de greenwashing. Referendado em parecer de segunda parte (Second Party Opinion), o SFF do ABC Brasil está baseado em diretrizes, padrões e princípios nacionais e internacionais da indústria, como a Associação Internacional de Mercado de Capitais (ICMA), Associação do Mercado de Empréstimos (LMA), FEBRABAN e UNEP FI.

Além de realizar o monitoramento das operações atreladas a critérios ESG, também é realizado o monitoramento das captações sustentáveis e dos títulos de dívida ESG no mercado de capitais.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em 2024, 2023 e 2022, o ABC Brasil não teve despesas relevantes com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, de modo que todos os fatores relevantes que poderiam impactar o desempenho operacional do ABC Brasil já estão citados nos demais itens desta seção.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Informações adicionais aos acionistas, nos termos do artigo 10, §único, II da Resolução CVM nº 81/22 - Destinação do Lucro Líquido

ANEXO A

(i) Informar o lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco ABC Brasil contabilizou lucro líquido no valor de R\$971.273.244,34 (novecentos e setenta e um milhões, duzentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e quatro Reais e trinta e quatro centavos).

(ii) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global de juros sobre o capital próprio declarados no exercício de 2024 foi de R\$395.129.053,49 (trezentos e noventa e cinco milhões, cento e vinte e nove mil, cinquenta e três Reais e quarenta e nove centavos), representando o valor de R\$1,6450 (um vírgula seis quatro cinco zero Reais) por cada ação.

(iii) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído durante o exercício de 2024 foi de 40,68% (quarenta vírgula sessenta e oito por cento).

(iv) Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2024 o Banco ABC Brasil não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

(v) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável, tendo em vista que as RCAs de 24/06/2024 e 20/12/2024 deliberaram sobre a distribuição dos juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2024. A posição acionária considerada para o pagamento dos juros sobre o capital próprio foi a dos acionistas inscritos nos registros de Acionistas da Companhia nas datas de 28/06/2024 e 27/12/2024, respectivamente.

(vi) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não houve distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

(vii) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro por ação¹		
Exercício	EO	EP
2024	4,04199	4,04199
2023	3,66192	3,66192
2022	3,62338	3,62338

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

JCP por ação		
Exercício	EO	EP
2024	1,6450	1,6450
2023	1,5770	1,5770
2022	1,3953	1,3953

(viii) Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi destinado a reserva legal o montante de R\$48.563.662,22 (quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e dois Reais e vinte e dois centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal equivale a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do Banco ABC Brasil referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

¹ O lucro líquido por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período e a quantidade de ações, excluindo as ações em tesouraria

- (ix) **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável

- (x) **Em relação ao dividendo obrigatório**

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

No exercício de 2024 foram distribuídos 40,68% do lucro líquido em forma de juros sobre capital próprio.

c. Informar o montante eventualmente retido

No exercício de 2024, foram retidos R\$576.144.190,85 (quinhentos e setenta e seis milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e noventa Reais e oitenta e cinco centavos) compostos por: R\$48.563.662,22 (quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e dois Reais e vinte e dois centavos) destinados a reserva legal e R\$527.580.528,63 (quinhentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta mil, quinhentos e vinte e oito Reais e sessenta e três centavos) destinados a Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos.

Conforme redação do artigo 39, parágrafo 1º do Estatuto Social do Banco ABC Brasil, a Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei.

- (xi) **Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

Não aplicável

(xii) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável

(xiii) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável

(xiv) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

“Artigo 39 - Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos; II - Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional; III - Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia.

Parágrafo 1º: A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei”.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

No exercício de 2024, foram retidos R\$576.144.190,85 (quinhentos e setenta e seis milhões, cento e quarenta e quatro mil, cento e noventa Reais e oitenta e cinco centavos).

- c. Descrever como o montante foi calculado

É destinado à reserva de equalização de dividendos, o saldo remanescente da conta lucros acumulados, após a destinação da Reserva Legal e Juros sobre o Capital Próprio.

(xv) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável

(xvi) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável

Informações Adicionais:

O valor dos juros sobre capital próprio está sujeito ao imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em paraísos fiscais cuja alíquota de imposto de renda é de 25%.

O valor de juros sobre capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, é imputado aos dividendos obrigatórios, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249/95.

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – ITENS 7.3 A 7.6 - FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

- Conselho de Administração

O Acionista Controlador da Companhia propõe a substituição de 3 (três) membros com mandato vigente e a eleição de um membro adicional. Os membros a serem substituídos são: Sr. Khaled Said Ramadan Kawan, Sr. Brendon Hopkins e Sr. Nicholas John Campbell Church, todos eleitos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 26/04/2024 e com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

Em conformidade com o disposto no art. 11 da Resolução CVM 81/2021, seguem as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos novos candidatos indicados ao Conselho de Administração pelo Acionista Controlador da Companhia.

Conforme previsão do art. 19 do Estatuto Social em vigor, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 9 (nove) Conselheiros.

Propõe-se que sejam eleitas as pessoas abaixo identificadas, com mandato unificado, até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

a.	nome: Khalil Ebrahim Nooruddin
b.	data de Nascimento: 01/01/1955
c.	profissão: Engenheiro de Sistemas
d.	CPF ou número do passaporte: 2999955
e.	Nacionalidade: Bahreinita
f.	cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
g.	data de eleição: 29/04/2025
h.	data da posse: a ser informada após a homologação pelo Banco Central
i.	prazo do mandato: até a AGO de 2026
j.	se foi eleito pelo controlador ou não: Sim
k.	se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: Não
l.	caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos: N/A
m.	principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.:

Bacharel em Engenharia de Sistemas pela King Fahad University of Petroleum and Minerals, Dhahran, Reino da Arábia Saudita. Pós-graduado em Métodos Quantitativos e Finanças pela Leonard N. Stern School of Business, da New York University, Nova York, EUA. Possui certificação Chartered Financial Analyst pelo CFA Institute, Charlottesville, Virgínia, EUA.

Atua no mercado financeiro há mais de 40 anos, tendo ocupado cargos executivos e participado de conselhos de administração em instituições financeiras locais e internacionais. Atualmente, é Sócio-Gerente da Capital Knowledge, empresa de consultoria em gestão e finanças. Nos últimos doze anos, conduziu diversos projetos de consultoria e reestruturação para instituições financeiras, com foco na formulação e implementação de estratégias.

Trabalhou no Investcorp Bank (Bahrein), como membro do Comitê de Gestão; na UBS Asset Management (Londres e Zurique), como Vice-Presidente; no Chase Manhattan Bank (Bahrein), como Vice-Presidente; e na Bahrain Petroleum Company, como Analista de Pesquisa Operacional.

Atualmente, é membro do Conselho de Administração da RA Holdings, entidade constituída sob autorização de um tribunal de falências dos EUA para supervisionar a liquidação do Arcapita Investment Bank (Bahrein). Atuou, ainda, como membro dos Conselhos de Administração do Gulf International Bank, Bank Al Khair, Ithmaar Investment Bank, Bahrain Islamic Bank, Takaful Insurance Company e Bahrain Financing Company.

n.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i.	condenação criminal: Não há
ii.	condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não há
iii.	condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há

a.	nome: Abdulaziz Fahad A. A. AlHudaib
b.	data de Nascimento: 30/12/1985
c.	profissão: Administrador de Empresas
d.	CPF ou número do passaporte: P05041244
e.	Nacionalidade: Kuwaitiano
f.	cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
g.	data de eleição: 29/04/2025
h.	data da posse: a ser informada após a homologação pelo Banco Central
i.	prazo do mandato: até a AGO de 2026
j.	se foi eleito pelo controlador ou não: Sim
k.	se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: Não
l.	caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos: N/A

- m. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.:

Bacharel em Administração de Empresas (BBA) pela Richmond University, com especialização em Negócios Internacionais e extensão em Psicologia Ocupacional.

Trabalha na Kuwait Investment Authority (KIA) há mais de 17 anos, atuando como Diretor Executivo Interino de Planejamento e Gestão Sênior, além de Diretor de Estratégia e Planejamento. Responsável pela supervisão de parcerias estratégicas, alocação de ativos, gestão de riscos e incorporação de princípios de sustentabilidade e governança na organização.

Participou da equipe da KIA que cofundou o International Forum of Sovereign Wealth Funds (IFSWF), em 2008, e o One Planet Sovereign Wealth Funds (OPSWF), em 2017, promovendo governança financeira sustentável e investimento responsável dentro da instituição.

- n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

iv. condenação criminal: **Não há**

v. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: **Não há**

vi. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: **Não há**

a. nome: **Sedjwick John Joseph**

b. data de Nascimento: **20/08/1968**

c. profissão: **Engenheiro**

d. CPF ou número do passaporte: **K2180048G**

e. Nacionalidade: **Singapurense**

f. cargo eletivo ocupado: **Membro do Conselho de Administração**

g. data de eleição: **29/04/2025**

h. data da posse: **a ser informada após a homologação pelo Banco Central**

i. prazo do mandato: **até a AGO de 2026**

j. se foi eleito pelo controlador ou não: **Sim**

k. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: **Não**

l. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos: **N/A**

- m. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.:

Bacharel em Engenharia pelo National Institute of Technology, Calicut. MBA pela Cochin University of Science and Technology.

Trabalha no ABC International Bank desde dezembro de 2015, tendo ingressado como Chief Risk Officer e sido nomeado Group Chief Credit and Risk Officer em julho de 2020. Possui mais de 25 anos de experiência no mercado financeiro, com atuação nas áreas de crédito, gestão de riscos, gestão de portfólio e análise de dados, abrangendo os segmentos corporativo, varejo, private e negócios (PME).

Atuou, ainda, como Chief Risk Officer do Habib Bank AG Zurich (HBZ). Trabalhou no Barclays e no Standard Chartered Bank, ocupando cargos de liderança em nível nacional e regional.

n.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
vii.	condenação criminal: Não há
viii.	condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não há
ix.	condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há

a.	nome: Musab Mohamed T. Msallem
b.	data de Nascimento: 21/12/1993
c.	profissão: Engenheiro Elétrico
d.	CPF ou número do passaporte: AB944774
e.	Nacionalidade: Líbio
f.	cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
g.	data de eleição: 29/04/2025
h.	data da posse: a ser informada após a homologação pelo Banco Central
i.	prazo do mandato: até a AGO de 2026
j.	se foi eleito pelo controlador ou não: Sim
k.	se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: Não
l.	caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos: N/A
m.	principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.:

Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade de Trípoli.

Trabalha no Banco Central da Libia, onde atua como Chefe da Unidade de FinTech e Inovação. Anteriormente, ocupou os cargos de Consultor de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Membro do Conselho no Lybian Islamic Bank (LIB).

n.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
x.	condenação criminal: Não há
xi.	condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não há
xii.	condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

As informações solicitadas neste item não se aplicam aos membros indicados para compor o Conselho de Administração.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor:
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

As informações solicitadas neste item não se aplicam aos membros indicados para compor o Conselho de Administração.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b. controlador direto ou indireto do emissor:
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

• **Exercício Social 31/12/2024**

<u>Administrador do Emissor</u>	-			
Khalil Ebrahim Nooruddin	2999955		Prestação de serviço	
<i>Membro do Conselho de Administração</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Bahrein)	
<u>Pessoa Relacionada</u>	-			Controlador Indireto
Arab Banking Corporation BSC	00.000.000/0000-00			
<i>Membro do Conselho de Administração</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Bahrein	
<u>Observação</u>	-			
<u>Administrador do Emissor</u>	-			
Abdulaziz Fahad AlHudaib	P05041244		Prestação de serviço	
<i>Membro do Conselho de Administração</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Kuwait	
<u>Pessoa Relacionada</u>	-			Controlador Indireto
Arab Banking Corporation BSC	00.000.000/0000-00			
<i>Membro do Conselho de Administração</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Bahrein	
<u>Observação</u>	-			
<u>Administrador do Emissor</u>	-			
Sedjwick John Joseph	K2180048G		Prestação de serviço	
<i>Membro do Conselho de Administração</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Singapura	
<u>Pessoa Relacionada</u>	-			Controlador Indireto
Arab Banking Corporation BSC	00.000.000/0000-00			
<i>Diretor de Crédito e Risco do Grupo</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Bahrein	
<u>Observação</u>	-			
<u>Administrador do Emissor</u>	-			
Musab Mohamed T. Msallem	AB944774		Prestação de serviço	
<i>Membro do Conselho de Administração</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Libia	
<u>Pessoa Relacionada</u>	-			Controlador Indireto
Central Bank of Libya	00.000.000/0000-00			
<i>Chefe da Unidade de FinTech e Inovação</i>	N/A		Estrangeiro(a) - Libia	
<u>Observação</u>	-			

- Conselho Fiscal

A Companhia recebeu manifestação por parte do acionista preferencialista minoritário, Hydrocenter Válvulas Tubos e Conexões Ltda., solicitando a inclusão de indicação de candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia para votação na Assembleia Geral Ordinária de 2025. Tal indicação consta no Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia na presente data.

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

a.	nome: Gabriela Soares Pedercini
b.	data de Nascimento: 27/01/1989
c.	profissão: Engenheira Eletricista
d.	CPF ou número do passaporte: 085.995.616-42
e.	cargo eletivo ocupado: Membro Efetivo do Conselho Fiscal eleito por por preferencialistas
f.	data de eleição: 26/04/2024
g.	data da posse: a ser informada após a homologação pelo Banco Central
h.	prazo do mandato: até a AGO de 2026
i.	se foi eleito pelo controlador ou não: Não
j.	se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: Sim
k.	caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos 29/04/2022
l.	principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.: Bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais e MBA Finanças - Instituto Brasileiro de Capitais -IBMEC. Atua desde maio/2020 como membro Titular do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. Atuou como membro Titular do Conselho Fiscal (2019-2020) da IRB-Brasil Resseguros S.A.
m.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i.	condenação criminal: Não há
ii.	condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não há
iii.	condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há

a.	nome: Genival Francisco da Silva
b.	data de Nascimento: 18/11/1959
c.	profissão: Contador
d.	CPF ou número do passaporte: 003.736.268-27
e.	cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal eleito por por preferencialistas
f.	data de eleição: 26/03/2023
g.	data da posse: a ser informada após a homologação pelo Banco Central
h.	prazo do mandato: até a AGO de 2026
i.	se foi eleito pelo controlador ou não: Não
j.	se é membro independente, nos termos da regulamentação específica e aplicável à matéria: Sim
k.	caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos 29/04/2022
l.	principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.: Bacharel em Ciências Contábeis pela PUCSP. MBA Executivo em Administração Avançada pela HBS Boston. Pós-graduado em política estratégica pela USP e diplomado na escola superior de guerra - ADESG SP. Trabalhou por 10 anos na ERNST YOUNG AUDITORIA E CONSULTORIA (1982 a 1992). Atuou como Diretor de Controladoria no Banco ABC Roma S.A. (1992 a 1994). Foi membro titular do Conselho de Administração do Banco da Amazonia S.A. (2018 a 2019). Atuou como membro titular do Conselho Fiscal da LAUREATE - Anhembi Morumbi Instituto de Ensino (2010 a 2012) e da Azevedo Travassos Engenharia S.A. (2014 a 2018). Foi Membro Suplente do Conselho Fiscal do Banco Bradesco (2019 a 2021) e da Companhia Catarinense de Águas e Esgotos - CASAN (2019 a 2020). Atualmente é Membro Suplente do Conselho Fiscal da COMGÁS - Companhia de Gás de São Paulo S.A..
m.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i.	condenação criminal: Não há
ii.	condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não há
iii.	condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável na eleição de membros do Conselho Fiscal.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- e. administradores do emissor:
- f. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:
- g. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:
- h. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

As informações solicitadas neste item não se aplicam aos membros indicados para compor o Conselho Fiscal.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b. controlador direto ou indireto do emissor:
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

As informações solicitadas neste item não se aplicam aos membros indicados para compor o Conselho Fiscal

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Administração irá propor para que a Assembleia Geral aprove, para o ano de 2025, o montante global de R\$183.032.116,95 (cento e oitenta e três milhões trinta e dois mil cento e dezesseis Reais e noventa e cinco centavos) como teto de remuneração dos Administradores da Companhia, conforme dispõe o Estatuto Social. A proposta refere-se ao período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Para o ano de 2024, o valor aprovado pela Assembleia foi no montante de R\$179.500.000,00 (cento e setenta e nove milhões e quinhentos mil Reais), sendo que o valor efetivamente pago foi de R\$106.024.898,23 (cento e seis milhões vinte e quatro mil oitocentos e noventa e oito Reais e vinte e três centavos). O saldo de R\$73.475.101,77 (Setenta e três milhões quatrocentos e setenta e cinco mil cento e um Reais e setenta e sete centavos) ficou dentro do limite aprovado em Assembleia, considerando o atingimento de resultado da instituição, das áreas e dos colaboradores.

A proposta da remuneração global dos Administradores de 2025 é de 1,97% maior que a proposta de 2024, em linha com os resultados globais do Banco.

8.1. Política/prática de remuneração: Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²:

A. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado, objetivos da política ou prática de remuneração:

A Política de Remuneração dos Administradores do Banco foi implementada de acordo com as regras da Res. CMN 3.921/10 (atualmente, Res. CMN nº 5.177/24), sendo que a última revisão realizada pelo Comitê de Remuneração, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2025, visa cumprir com a legislação vigente e os padrões de governança corporativa, atribuindo valores fixo e variáveis compatíveis com a atribuição das funções de cada um dos seus órgãos e membros, obedecendo um equilíbrio interno no que tange a importância relativa das atividades e das linhas de negócio dentro da organização, e um

² As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

equilíbrio externo, com referência em práticas de mercado nas organizações do mesmo setor e porte.

Dentro da prática atual adotada pelo Banco, o objetivo é alinhar a visão dos executivos com a dos acionistas e possibilitar à organização a atração e retenção de profissionais qualificados com grau de experiência relevante para o exercício do seu cargo e de suas responsabilidades.

O Conselho de Administração tem como remuneração total a parcela fixa, alinhando as melhores práticas de mercado.

Referente ao Conselho Fiscal e Comitês de Auditoria e de Remuneração, a composição da remuneração é apenas de parcela fixa, alinhado as melhores práticas de mercado. Os executivos do Banco que participem de alguma destas estruturas não fazem jus ao recebimento de qualquer remuneração adicional por força destas funções específicas.

Para a Diretoria Estatutária, a política de remuneração é composta de parte fixa, com honorários e benefícios, parte variável e parcela em ações ou instrumentos baseados em ações, atendendo a Res. CMN nº 5.177/24, com o objetivo de reconhecer as contribuições feitas por estes executivos para a construção dos resultados de curto, médio e longo prazo.

B. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- (i) **Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:**

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Comitê de Remuneração
<p><u>*Respon-</u> <u>bilidades</u> Art. 142 da Lei das S/A e Art. 21, itens “a” a “o” do Estatuto Social</p>	<p><u>Respon-</u> <u>bilidades</u> Comitê Executivo Art. 22, parágrafo 1º, itens “a” a “m” do Estatuto Social; Diretor Presidente Art.22, §7º, itens “a” a “e”; Diretor Vice-Presidente Executivo Art. 22, §8º, itens “a” a “e”;</p>	<p><u>Repon-</u> <u>bilidades</u> Art.163 da Lei das S/A e Art. 26 do Estatuto Social</p>	<p><u>Respon-</u> <u>bilidades</u> Resolução CMN nº 4.910/21 e Artigo 27 do Estatuto Social</p>	<p><u>Respon-</u> <u>bilidades</u> Resolução CMN nº 5.177/24 e Art. 28 do Estatuto Social</p>

	Diretores Vice- Presidentes Art. 22, §9, itens “a” a “d”; Diretor Executivo Art. 22, §10, itens “a” a “c”; Diretor de Relações com Investidores Art. 22, §11, itens “a” a “c”; Demais Diretores – Art. 22, §12, itens “a” a “c”.			
--	--	--	--	--

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

A remuneração de cada Administradores é fixada pelo Comitê de Remuneração e submetida ao Conselho de Administração, com base nos objetivos de resultado do período, e ainda com referência às práticas de mercado. Utilizando dados estatísticos fornecidos por consultorias especializadas, levando em consideração os níveis de responsabilidades de cada Administrador, bem como aspectos legais com o objetivo de melhor adequar aos interesses do Banco.

(iii) Com que Frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor;

O Comitê de Remuneração revisa anualmente a Política, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento.

C. Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:

Conselho de Administração - Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários com o objetivo de estabelecer um patamar compatível com o mercado para conferir aos membros o nível de senioridade exigido da função.

Conselho Fiscal – Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários em valor não inferior a 10% da remuneração fixa em média de cada Diretor, excluídos valores de benefícios, bônus ou participação nos lucros.

Comitê de Auditoria – Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários com o objetivo de estabelecer um patamar compatível com o mercado para conferir aos membros o nível de senioridade exigido da função.

Comitê de Remuneração - Remuneração fixa mensal composta exclusivamente por honorários com o objetivo de estabelecer um patamar compatível com o mercado para conferir aos membros o nível de senioridade exigido da função. Os integrantes do Comitê de Remuneração que já exercerem atividades executivas dentro do Banco não serão remunerados por esta atividade.

Demais Comitês – Não existe remuneração específica para as atividades dos executivos ou membros do Conselho de Administração que façam parte dos demais Comitês do Banco.

Diretoria - Remuneração fixa composta por honorários, benefícios e valores recolhidos à previdência oficial, definida de acordo com a função respeitando a legislação vigente. Por benefícios são concedidos Assistência Médica, Seguro de Vida, Auxílio Alimentação e Auxílio Refeição. Remuneração variável anual com possível antecipação de até 40% do target. O cálculo do ano será realizado sobre resultados individuais, da equipe e do Banco como um todo, com metas estabelecidas a todos os participantes.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,00%	29,84%	100,00%
Benefícios Direto ou Indireto	0,00%	2,59%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	11,61%	0,00%
Pós Emprego	0,00%	0,29%	0,00%
Baseada em Ações	0,00%	55,67%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,00%	30,23%	100,00%
Benefícios Direto ou Indireto	0,00%	2,38%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	9,09%	0,00%
Pós Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em Ações	0,00%	58,30%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,00%	18,80%	100,00%
Benefícios Direto ou Indireto	0,00%	2,10%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	11,80%	0,00%
Pós Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em Ações	0,00%	67,30%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

As responsabilidades de cada órgão seguem descritas no quadro abaixo:

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Comitê de Remuneração
<p>*Responsabilidades</p> <p>Art. 142 da Lei das S/A e Art. 21, itens “a” a “o” do Estatuto Social</p>	<p>Responsabilidades</p> <p>Comitê Executivo Art. 22, parágrafo 1º, itens “a” a “m” do Estatuto Social;</p>	<p>Reponsabilidades</p> <p>Art.163 da Lei das S/A e Art. 26 do Estatuto Social</p>	<p>Responsabilidades</p> <p>Resolução CMN nº 4.910/21 e Artigo 27 do Estatuto Social</p>	<p>Responsabilidades</p> <p>Resolução CMN nº 5.177/24 e Art. 28 do Estatuto Social</p>

	<p>Diretor Presidente Art.22, §7º, itens “a” a “e”;</p> <p>Diretor Vice-Presidente Executivo Art. 22, §8º, itens “a” a “e”;</p> <p>Diretores Vice-Presidentes Art. 22, §9, itens “a” a “d”;</p> <p>Diretor Executivo Art. 22, §10, itens “a” a “c”;</p> <p>Diretor de Relações com Investidores Art. 22, §11, itens “a” a “c”;</p> <p>Demais Diretores – Art. 22, §12, itens “a” a “c”.</p>			
--	---	--	--	--

Os montantes de remuneração total dos Administradores são calculados e propostos pelo Comitê de Remuneração ao Conselho de Administração, com base nos objetivos de resultado do período, e ainda com referência às práticas de mercado, e levados para aprovação na assembleia geral, levando em consideração os aspectos legais com o objetivo de melhor adequar aos interesses do Banco.

O Banco ABC Brasil utiliza pesquisas de mercado realizadas por consultorias especializadas para referência nas melhores práticas de remuneração e de valores a fim de atrair e reter profissionais qualificados para o exercício de suas funções. Dentro dos parâmetros utilizados para comparação de mercado, nas funções de diretoria estatutária são usadas para comparação empresas do mesmo segmento e porte do Banco ABC Brasil dentro das atividades desenvolvidas pela empresa. No que tange a comparação dos demais órgãos, além das empresas do setor financeiro, também são consideradas empresas de capital aberto que possuam as mesmas estruturas que mantemos hoje dentro do Banco.

Os valores de honorários ou salários da diretoria estatutária sofrem o reajuste da categoria dos bancários como toda a população de funcionários do Banco, assim como eventuais benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, quando aplicáveis. Para os demais órgãos, Conselho de Administração e Fiscal, e os Comitês de Auditoria e Remuneração, a avaliação dos valores dos honorários é feita anualmente frente às práticas de mercado e os interesses do Banco.

A remuneração variável da Diretoria Estatutária é calculada de acordo com o resultado do Banco e das equipes, com metas quantitativas e qualitativas para ponderação dos valores a serem distribuídos individualmente.

- principais indicadores de desempenho levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:

Os principais indicadores de desempenho utilizados para determinar a remuneração variável da diretoria estatutária são o lucro contábil, rentabilidade sobre o patrimônio, índices de eficiência, índices de qualidade, além de uma parcela qualitativa, que avalia as competências de cada indivíduo nos seus papéis dentro da organização, como contribuição com os valores e cultura da organização, e no papel de liderança e gestão de pessoas.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração:

O Banco mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência no mercado local e internacional. Desta forma, a remuneração dos membros destes órgãos visa acompanhar o que é praticado no mercado a fim de garantir o melhor andamento desta instituição.

A parcela de Remuneração Fixa, que engloba em determinados casos benefícios, refere-se ao grau de responsabilidade da função e da experiência do ocupante da posição.

A parcela de Remuneração Variável refere-se ao grau de desempenho das atividades a cada período, e o reconhecimento pela contribuição para os objetivos do Banco no curto e médio prazo.

A parcela em ações, além de atender a demanda regulatória, tem o objetivo de alinhar os objetivos dos executivos aos dos acionistas e a construção de valor futuro, assim como nos programas de ILP reforçam as políticas de atração, motivação e retenção de talentos, alinhando os interesses de colaboradores do ABC Brasil com a geração de resultado e criação de valor sustentável no longo prazo. Adicionalmente, o ILP visa estimular a sucessão organizada em posições chave do ABC Brasil.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

No Banco ABC Brasil não temos membros não remunerados.

D. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

- E.** existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Caso, durante o período de diferimento da remuneração variável haja uma transferência de controle acionário do Banco, no momento de cada entrega aos administradores das ações que ocorrer após a transferência de controle, será pago aos administradores uma quantia adicional equivalente à diferença entre: (a) o valor por ação pago pelo comprador/adquirente ao acionista controlador alienante e (b) o valor de mercado de tais ações na data de transferência de controle do Banco. Essa diferença será corrigida pelo CDI.

8.2. Remuneração total por órgão: em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Total
Nº total de membros	7	28	3	3	41
Nº de membros remunerados	7	28	3	2	40
Remuneração Fixa Anual					
Salário ou pró-labore	5.848.539,70	28.506.001,96	539.996,40	479.996,80	35.374.534,86
Benefícios Direto e Indireto		3.268.082,46			3.268.082,46
Participação em comitê					0,00
Outros					0,00
Descrição de outras remunerações fixas					0,00
Remuneração Variável					0,00
Bônus					0,00
Participação de Resultados		13.193.510,52			13.193.510,52
Participação em reuniões					0,00
Comissões					0,00
Outros		37.340.050,47			37.340.050,47
Descrição de outras remunerações variáveis					0,00
Pós-Emprego		295.121,50			295.121,50

Cessação do cargo		10.814.189,06			10.814.189,06
Baseada em ações		83.226.624,87			83.226.624,87
Observação					
Total da Remuneração	5.848.539,70	176.643.580,85	539.996,40	479.996,80	183.512.113,75

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Total
Nº total de membros	7,0	23,92	2,75	3,0	36,67
Nº de membros remunerados	7,0	23,92	2,75	2,0	35,67
Remuneração Fixa Anual					
Salário ou pró-labore	4.939.796,88	24.890.741,15	385.989,99	290.400,00	30.506.928,02
Benefícios Direto e Indireto		2.608.540,65			2.608.540,65
Participação em comitê					0,00
Outros					0,00
Descrição de outras remunerações fixas					0,00
Remuneração Variável					0,00
Bônus					0,00
Participação de Resultados		11.692.635,73			11.692.635,73
Participação em reuniões					0,00
Comissões					0,00
Outros					0,00
Descrição de outras remunerações variáveis					0,00
Pós-Emprego		290.074,80			290.074,80
Cessação do cargo		5.154.544,85			5.154.544,85
Baseada em ações		56.062.574,19			56.062.574,19

Observação	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles. 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles. 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles. 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	
Total da Remuneração	4.939.796,88	100.699.111,36	385.989,99	290.400,00	106.315.298,23

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Total
Nº total de membros	7,0	28,00	3,00	1,0	39,00
Nº de membros remunerados	7,0	28,00	3,00	1,0	39,00
Remuneração Fixa Anual					
Salário ou pró-labore	4.546.733,72	27.419.029,71	364.613,33	180.290,00	32.510.666,76
Benefícios Direto e Indireto		2.576.100,94			2.576.100,94
Participação em comitê					0,00
Outros					0,00
Descrição de outras remunerações fixas					0,00
Remuneração Variável					0,00
Bônus					0,00
Participação de Resultados		9.820.283,05			9.820.283,05
Participação em reuniões					0,00
Comissões					0,00
Outros					0,00
Descrição de outras remunerações variáveis					0,00
Pós-Emprego		63.803,40			63.803,40

Cessação do cargo		5.253.492,72			5.253.492,72
Baseada em ações		62.998.258,80			62.998.258,80
Observação	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles, no entanto, na plataforma incluímos a quantidade arredondada devido mensagem de erro quando utilizado casas decimais; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles, no entanto, na plataforma incluímos a quantidade arredondada devido mensagem de erro quando utilizado casas decimais; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles, no entanto, na plataforma incluímos a quantidade arredondada devido mensagem de erro quando utilizado casas decimais; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles, no entanto, na plataforma incluímos a quantidade arredondada devido mensagem de erro quando utilizado casas decimais; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece.	
Total da Remuneração	4.546.733,72	108.130.968,62	364.613,33	180.290,00	113.222.605,67

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,750	26,42	0,83	32,00
Nº de membros remunerados	4,75	26,42	0,83	32,00
Remuneração Fixa Anual				0
Salário ou pró-labore	3.026.024,13	23.880.200,25	179.079,99	27.085.304,37
Benefícios Direto e Indireto	0,00	2.618.098,42	0,00	2.618.098,42
Participação em comitê	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				0,00
Bônus	0,00	1.248.338,54	0,00	0,00
Participação de Resultados	0,00	13.674.786,19	0,00	13.674.786,19
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	85.377.752,63	0,00	85.377.752,63
Observação	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	1. O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles; 2. É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.	
Total da Remuneração	3.026.024,13	126.799.176,04	179.079,99	130.004.280,15

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Total
Nº total de membros	7	28	3	3	41
Nº de membros remunerados	7	28	3	2	40
EM RELAÇÃO AO BÔNUS					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração					0
Valor máximo previsto no plano de remuneração					0

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas					0
Valor efetivamente reconhecido no exercício social					
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00			
Valor máximo previsto no plano de remuneração		15.832.212,62			15.832.212,62
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		13.193.510,52			13.193.510,52
Valor efetivamente reconhecido no exercício social					

Remuneração variável referente ao exercício de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Total
Nº total de membros	7	23,91	2,75	3	36,66
Nº de membros remunerados	7	23,91	2,75	2	35,66
EM RELAÇÃO AO BÔNUS					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração					0
Valor máximo previsto no plano de remuneração					0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas					0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social					0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00			0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		19.826.230,37			19.826.230,37
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		16.521.858,64			16.521.858,64
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		11.692.635,73			11.692.635,73

Remuneração variável referente ao exercício de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Total
Nº total de membros	7	28	3,00	1	39,00
Nº de membros remunerados	7	28	3,00	1	39,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração					0
Valor máximo previsto no plano de remuneração					0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas					0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício socia					0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração					0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração					0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		9.820.283,05			9.820.283,05
Valor efetivamente reconhecido no exercício social					0,00

Remuneração variável exercício (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,75	26,42	0,83	32,00
Nº de membros remunerados	4,75	26,42	0,83	32,00
Bônus				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	1.248.338,54	0,00	1.248.338,54
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	1.248.338,54	0,00	1.248.338,54
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	1.248.338,54	0,00	1.248.338,54
Participação nos resultados				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	85.377.752,63	0,00	85.377.752,63
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	85.377.752,63	0,00	85.377.752,63
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	13.674.786,19	0,00	13.674.786,19

Obs.:

- O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles;
- É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador;

Remuneração variável exercício (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros²	5,83	26,17	0,00	32,00
Nº de membros remunerados²	5,83	26,17	0,00	32,00
Bônus				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração³</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração³</i>	0,00	335.379,82	0,00	335.379,82
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas³</i>	0,00	335.379,82	0,00	335.379,82
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	335.379,82	0,00	335.379,82
Participação nos resultados				
<i>Valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	77.812.143,24	0,00	77.812.143,24
<i>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas</i>	0,00	77.812.143,24	0,00	77.812.143,24
<i>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social</i>	0,00	14.055.408,58	0,00	14.055.408,58

Obs.:

- a) O número de membros de cada órgão é calculado pela média mensal de ocupantes respectivamente a cada um deles;
- b) É considerado membro de um órgão o mês de posse quando esta ocorre pela primeira vez; em caso de reeleição ele permanece como administrador.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração de Administradores do Banco prevê que, no mínimo 50% da remuneração variável será paga em ações ou instrumentos baseados em ações preferenciais de emissão do Banco, com prazos de liberação em até 3 anos, conforme a Res. CMN nº 5.177/24.

- b. data de aprovação e órgão responsável

A Política de Remuneração dos Administradores do Banco foi implementada de acordo com as regras da Res. CMN 3.921/10 (atualmente, Res. CMN nº 5.177/24), sendo que a última revisão realizada pelo Comitê de Remuneração, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2025, que é responsável por supervisionar a atuação do Comitê de Remuneração, assegurando que os requisitos exigidos pela Resolução nº 5.177/24 sejam cumpridos, especialmente no que se refere ao planejamento, operacionalização, controle e revisão da Política.

- c. número máximo de ações abrangidas

Não há número máximo de ações abrangidas.

- d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não serão outorgadas opções.

- e. condições de aquisição de ações

O resultado recorrente do Banco não tenha nenhuma queda significativa e/ou que o executivo permaneça na Companhia nos prazos de liberação das ações.

Em caso de redução significativa do lucro recorrente ou resultado negativo da instituição durante um determinado semestre, a parcela da Remuneração Variável Diferida que seria entregue aos Administradores no semestre seguinte deverá ser reduzida.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Preço de negociação das ações corresponderá ao valor médio de fechamento da ação ABCB4 nos do mês de junho (para as entregas relativas ao primeiro semestre) e do mês de dezembro (para as entregas relativas ao segundo semestre ou relativas a todo o ano).

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A liberação das ações acontecerá em parcelas no prazo máximo de 3 anos, atendendo a Res. CMN nº 5.177/24.

h. forma de liquidação

Não há liquidação, apenas a liberação das ações bloqueadas.

i. restrições à transferência das ações

É restrita a transferência das ações antes dos períodos de liberação e nos períodos de vedação a negociação, além de solicitação de autorização prévia e expressa da área de Compliance do Banco para negociação.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A cláusula 6.2 da Política prevê que o Banco reserva-se o direito de rever, modificar, alterar ou revogar o Plano de Remuneração caso haja alteração material ou relevante das leis ou regulamentos que regem as sociedades anônimas, as instituições financeiras, as relações trabalhistas, os encargos previdenciários e tributários incidentes sobre a remuneração, ou ainda mediante revisão realizada pelo Comitê de Remuneração que no próprio ato justificará a conveniência e oportunidade da revisão.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do Administrador, serão aplicáveis as seguintes regras:

(i) em caso de renúncia/pedido de demissão do Administrador ou destituição/desligamento por justa causa, o Administrador não receberá as ações cuja entrega tenha sido diferida e não tenha ainda decorrido o prazo do diferimento até a data de renúncia ou destituição/desligamento por justa causa do Administrador;

(ii) em caso de destituição/desligamento sem justa causa, o Administrador receberá as Ações, cuja entrega tenha sido diferida proporcionalmente à parcela do período de diferimento em que o Administrador permaneceu em seu cargo;

(iii) em caso de incapacidade total e permanente do Administrador, conforme atestado pela Previdência Social, o direito do Administrador e/ou de seus dependentes e remuneração variável deferida já apurada não será afetado, sendo que a totalidade das Ações, cuja entrega tenha sido diferida será entregue ao Administrador;

(iv) em caso de falecimento do Administrador, não será afetado o direito ao recebimento de remuneração variável. Nesta hipótese, a entrega da remuneração variável diferida será antecipada e efetuada em benefício dos herdeiros do falecido, após a conclusão do inventário (judicial ou extrajudicial).

8.5. Remuneração baseada em ações: em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo ³:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

³ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

8.7. Opção em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁴:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

8.8. Opções exercidas e ações entregues: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No Banco ABC Brasil não praticamos esse tipo de remuneração.

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

exercício social corrente (2025)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretorias Estatutária	Conselho Fiscal
b. Nº total de membros	7,00	28,00	3,00
c. Nº de membros remunerados	0	24,00	0
d. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A	N/A

referente ao exercício de 2024

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretorias Estatutária	Conselho Fiscal
b. Nº total de membros	7,00	23,92	2,75
c. Nº de membros remunerados	0	23,00	0
d. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A	N/A

⁴ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

8.10. Outorga de ações: Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Outorga de Ações - Exercício social previsto em 31/12/2025

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total
Nº total de membros	7,00		28,00		3,00		38,00
Nº de membros remunerados	7,00		28,00		3,00		38,00
data de outorga	n/a	n/a	ago/25	fev/26	n/a	n/a	n/a
quantidade de ações outorgadas ¹	n/a	n/a	1.900.021	2.180.316	n/a	n/a	4.080.337
prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a	3 anos	3 anos	n/a	n/a	n/a
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	6 meses	6 meses	n/a	n/a	n/a
valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a	20,397	20,397	n/a	n/a	n/a
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga"	n/a	n/a	38.754.728,34	44.471.905,45	n/a	n/a	83.226.663,79

Outorga de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total
Nº total de membros	7,00		23,92		2,75		33,67
Nº de membros remunerados	7,00		23,92		2,75		33,67
data de outorga	n/a	n/a	ago/24	fev/25	n/a	n/a	n/a
quantidade de ações outorgadas ¹	n/a	n/a	1.661.639	1.401.357	n/a	n/a	3.062.996,00
prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a	3 anos	3 anos	n/a	n/a	n/a
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	6 meses	6 meses	n/a	n/a	n/a
valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a	20,51	19,72	n/a	n/a	n/a
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga"	n/a	n/a	34.080.215,89	27.634.760,04	n/a	n/a	61.714.975,93

Outorga de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total
Nº total de membros	6,83		28,42		2,50		37,75
Nº de membros remunerados	6,83		28,42		2,50		37,75
data de outorga	n/a	n/a	ago/23	fev/24	n/a	n/a	n/a

quantidade de ações outorgadas ¹	n/a	n/a	1.503.304,00	1.663.251,00	n/a	n/a	3.166.555,00
prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a	3 anos	3 anos	n/a	n/a	n/a
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	6 meses	6 meses	n/a	n/a	n/a
valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a	18,09	23,36	n/a	n/a	n/a
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga"	n/a	n/a	27.194.769,36	38.853.543,36	n/a	n/a	66.048.312,72

Outorga de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total
Nº total de membros	4,75		26,42		0,83		32,00
Nº de membros remunerados	4,75		26,42		0,83		32,00
data de outorga	n/a	n/a	ago/22	fev/23	n/a	n/a	n/a
quantidade de ações outorgadas ¹	n/a	n/a	2.510.959,00	2.528.977,00	n/a	n/a	5.039.936,00
prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a	3 anos	3 anos	n/a	n/a	n/a
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	6 meses	6 meses	n/a	n/a	n/a
valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a	15,72	19,03	n/a	n/a	n/a
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga"	n/a	n/a	39.472.275,48	48.126.432,31	n/a	n/a	87.598.707,79

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações Entregues – Exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	23,92	2,75	33,67
Nº de membros remunerados	0,00	23,00	0,00	23,00
Nº de ações	0	1.622.466	0	1.622.466
Preço médio ponderado de aquisição	0	23,51	0	23,51
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	23,51	0	23,51
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	38.138.767,44	-	38.138.767,44
Esclarecimento	-	-	-	-

Ações Entregues – Exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	28,00	3,00	38
Nº de membros remunerados	7,00	28,00	3,00	38
Nº de ações	5.314	1.849.248	0	1.854.562
Preço médio ponderado de aquisição	18,21	18,23	0	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	18,21	18,23	0	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	96.767,94	33.711.791,04	0	33.808.558,98
Esclarecimento	-	-	-	-

Ações Entregues - Exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,75	26,42	0,83	32,00
Nº de membros remunerados	4,75	26,42	0,83	32,00
Número de Ações	12.945	1.579.641	n/a	1.592.586
preço médio ponderado de aquisição	17,12	17,13	n/a	n/a
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	17,12	17,13	n/a	n/a
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas"	0	0	n/a	n/a

8.12. Precificação das ações/opções: Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação:

O preço da ação para cálculo do montante de ações a serem outorgadas corresponde ao valor médio de fechamento das ações do Banco (ABCB4) nos pregões na B3 - BRASIL BOLSA BALCÃO dos meses de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre).

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

O modelo de precificação utiliza apenas a média do preço das ações dentro do mês de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre), pois o Banco distribui apenas ações, e não opções. Desta forma, não há dados e premissas para preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros de risco.

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O Banco distribui apenas ações, e não opções. Assim, não há dados e premissas para preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco, não havendo, conseqüentemente, efeitos esperados de exercício antecipado.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada:

O Banco distribui apenas ações, e não opções. Assim, não há dados e premissas para volatilidade esperada, não havendo, conseqüentemente, forma de determinar a volatilidade esperada.

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

O Banco distribui apenas ações, e não opções. Assim, não há dados e premissas para mensuração do valor justo.

8.13. Precificação detidas por órgão: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Emissor: Banco ABC Brasil S.A.

Órgão	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	399.630	-	399.630
Diretoria	11.298.498	-	11.298.498
Conselho Fiscal	0	0	0

Emissor: Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda.

Orgão	Quotas
Conselho de Administração	162.387
Diretoria	69.535
Conselho Fiscal	-

Emissor: ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Orgão	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

Emissor: ABC Brasil Administração e Participações Ltda.

Orgão	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

8.14. Planos de previdência: Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Os benefícios a que se referem os valores no item 8.2 referem-se apenas à assistência médica e seguro de vida em grupo. Não possuímos plano de previdência privada.

8.15. Remuneração mínima, média e máxima: em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	DIRETORIA ESTATUTÁRIA			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONSELHO FISCAL		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº total de membros	23,92	28,00	26,00	7,00	7,00	5,00	2,75	3,00	1,00
Nº de membros remunerados	23,92	28,00	26,00	7,00	7,00	5,00	2,75	3,00	1,00
Valor da maior remuneração Real	10.237.115,77	14.687.257,05	20.526.574,79	1.035.000,00	979.090,00	462.214,21	128.663,33	145.200,00	59.693,33
Valor da menor remuneração Real	14.880,63	1.669.491,73	692.397,43	560.625,00	480.847,50	182.619,50	128.663,33	74.213,33	59.693,33
Valor médio da remuneração Real	3.401.946,13	4.113.943,10	5.315.142,67	705.685,27	1.340.425,00	336.224,90	128.663,33	121.537,78	59.693,33

8.16. Mecanismos remuneração/indenização: Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

O Banco possui, para o caso de destituição de diretores por aposentadoria ou por interesse da organização, a política de manutenção das ações diferidas referente a remuneração variável com liberação nos prazos previstos. Existe a possibilidade de antecipação do período de diferimento em caso de falecimento do administrador. Qualquer outro arranjo celebrado é definido dentro da política proposta pelo Comitê de Remuneração e submetida à aprovação do Conselho de Administração.

8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração: Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2024	56,05%	0	0
2023	54,90%	0	0
2022	61,00%	0	0

8.18. Remuneração - Outras funções: Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados”.

Não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, à título de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria ou do conselho fiscal do Banco nos três últimos exercícios sociais.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, à título de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria ou do conselho fiscal do Banco nos três últimos exercícios sociais.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Os itens considerados relevantes foram informados nos itens anteriores.